

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO

LETÍCIA MARIA DE ALMEIDA
RENATA GERMANO DE AZEVEDO
SOFIA FURTADO

RELATÓRIO TÉCNICO

ELA É MÃE OU BABÁ?
HISTÓRIAS DE VIDA SOBRE TRABALHO, DESAFIOS E VÍNCULOS

CAMPINAS

2023

**LETÍCIA MARIA DE ALMEIDA
RENATA GERMANO DE AZEVEDO
SOFIA FURTADO**

**RELATÓRIO TÉCNICO
ELA É MÃE OU BABÁ?
HISTÓRIAS DE VIDA SOBRE TRABALHO, DESAFIOS E VÍNCULOS**

Relatório técnico da produção jornalística apresentado à disciplina METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA AO PROJETO EXPERIMENTAL da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas como exigência parcial para aprovação na referida disciplina, sob orientação da Prof. Dra. Maria Lúcia Jacobini

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica elaborada por Mirian Teixeira CRB 8/6546
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

070
A25

Azevedo, Renata Germano de

Ela é mãe ou babá?: histórias de vida sobre trabalho, desafios e vínculos / Renata Germano de Azevedo, Letícia Almeida, Sofia Furtado. - Campinas: PUC-Campinas, 2023.

90 f.: il.

Orientador: Maria Licia Jacobini.

TCC (Bacharelado em Jornalismo) - Faculdade de Jornalismo, Escola de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Jornalismo. 2. Mulheres. 3. Trabalho. I. Almeida, Letícia. II. Furtado, Sofia. III. Jacobini, Maria Licia. IV. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Linguagem e Comunicação. Faculdade de Jornalismo. V. Título

23. ed. CDD 070

SUMÁRIO

Introdução.....	4
Capítulo 1 – Pré-produção.....	6
1.1 Contextualização do tema e recorte jornalístico.....	6
1.2 Modalidade.....	8
1.3 Justificativa.....	10
1.4 Processo de apuração.....	12
1.5 Seleção de fontes.....	16
Capítulo 2 – Desenvolvimento da produção jornalística.....	24
2.1 Desenvolvimento da produção.....	24
2.2 Processo de edição.....	26
2.3 Projeto/proposta de divulgação.....	29
2.5 Custos e gastos.....	30
Referências.....	31
Anexos.....

Introdução

Este projeto surge da ideia de um fazer jornalístico atento às questões sociais e que contribua para a ampliação de debates necessários para a proteção dos direitos humanos, visto que o jornalismo é um dos pilares da democracia. O trabalho doméstico remunerado no Brasil, como apresentado ao longo de todo o livro, é um setor laboral historicamente precarizado, visto como uma profissão subalterna e invisibilizado social e juridicamente, sendo exposto, ainda nos dias atuais, às mais diversas violações de direitos trabalhistas.

O ano de 2023 marcou os 10 anos da promulgação da PEC das Domésticas, Emenda Constitucional que revogou o parágrafo único do Art. 7 da Constituição Federal, garantindo aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos das demais categorias de trabalhadores urbanos e rurais. Em tese, essa classe deveria usufruir plenamente de todos os direitos assegurados pela Carta Magna e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Contudo, é um grupo que segue sendo vítima de violações diversas, além de enfrentar estigmas e preconceitos.

Entre os rótulos presentes nessa prática laboral estão os estereótipos de gênero, raça e classe, visto que as atividades que envolvem cuidados - seja da casa ou de pessoas, como no caso das babás e das cuidadoras de idosos - são vistas como naturais para as mulheres que, em sociedades patriarcais, são delegadas ao ambiente privado, sendo responsáveis pela casa e pelos filhos. Somadas ao histórico escravocrata brasileiro, essas funções também passaram a ser atravessadas por questões raciais. Hoje, as mulheres negras, pobres e de baixa escolaridade são maioria no setor.

As babás – profissionais que se dedicam a cuidar de crianças de outras famílias – fazem parte do trabalho doméstico e representam 9% do setor, conforme pesquisa da PNAD Contínua. Esse dado nos chamou a atenção, pois nos mostra que, numericamente, tais mulheres representam uma parcela minoritária em uma classe que já enfrenta silenciamentos e desvalorização. Além disso, lidam com questões complexas em seu labor, visto que mesmo em um ambiente de trabalho em que, muitas vezes, são exploradas, elas criam vínculos de cuidado e afeto com as crianças.

Neste livro abordamos essas complexidades e os múltiplos desafios da profissão, ouvindo diretamente de seis profissionais da área sobre como é o dia a dia de uma babá, quais as violações de direitos sofridas, as dificuldades de conciliar o trabalho com a vida pessoal, como a função afeta diferentes aspectos de suas vidas e como se dá a relação com as crianças que cuidam.

A princípio, a ideia seria abordar a profissão somente a partir dos aspectos da precarização. Desejávamos saber como essas mulheres eram afetadas por questões como a falta de registro em carteira, a baixa remuneração, o assédio moral e os preconceitos sofridos. Entretanto, ao conhecer mais profundamente as personagens presentes neste projeto e ouvir suas histórias, percebemos outros pontos importantes a serem tratados, tais como a rotina diária dessas trabalhadoras, a conciliação de suas vidas privadas com a carga horária de trabalho, as relações com os seus próprios filhos, os impactos psicológicos de suas atividades, a forma como enxergam a profissão e o carinho que desenvolvem pelos filhos de seus patrões.

Deste modo, expandimos nossa proposta para abarcar essas demais nuances, dividindo, assim, o livro da seguinte maneira: o prefácio, onde trazemos um panorama geral do tema escolhido, assim como dados e referenciais históricos, tais quais a vida e o ativismo de Laudelina de Campos Mello, principal nome na luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas; três capítulos, organizados para abordar os vínculos afetivos, os desafios pessoais das trabalhadoras e as violações de direitos; e um epílogo, onde falamos sobre os sonhos e objetivos dessas profissionais.

A escolha pelo formato de livro-reportagem nos permitiu detalhar variados aspectos da vida das personagens e nos aprofundar em informações relevantes sobre a temática. Trouxemos também para este projeto as vozes de cinco especialistas que contribuíram para uma melhor compreensão do tema e dos desafios abordados ao longo dos capítulos. Desse modo, apresentamos este trabalho que, desde o início de sua elaboração, nos possibilitou aplicar e desenvolver diversos aprendizados sobre o jornalismo e sua função.

Capítulo 1 – Pré-produção

1.1 Contextualização do tema e recorte jornalístico

A categoria trabalhista das babás teve o seu marco histórico no período escravocrata, quando as atividades domésticas – que já eram tidas como uma obrigação feminina, devido à divisão sexual do trabalho – passaram a ser desempenhadas pelas mulheres negras escravizadas. O cenário histórico do Brasil, logo, foi e ainda é evidenciado pela divisão racial do trabalho. Assim sendo, esse setor é diretamente atravessado pelo racismo, bem como pelo sexismo, visto que o patriarcado assume que esse tipo de trabalho deve ser delegado às mulheres, sobretudo, negras. A desigualdade de classe também é um fator determinante, pois emprega as pessoas mais pobres e com menor escolaridade (Pinheiro *et al.*, 2021).

Em abril de 2023, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgou dados de coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)¹, realizada no quarto trimestre de 2022, que revelaram que 5,8 milhões de pessoas se ocupavam no trabalho doméstico. Desse total, 91,4% são mulheres, com as negras representando 67,3% dos profissionais. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Hortolândia, calcula-se que na Região Metropolitana de Campinas (RMC) há cerca de 25 mil trabalhadores domésticos, mas que esse número não é preciso e atualizado, visto que ainda não temos dados mais recentes e definidos do Censo do IBGE. Ainda de acordo com o sindicato, não há dados sobre gênero, etnia, faixa etária e escolaridade desses trabalhadores, pois não há nenhuma pesquisa realizada especificamente na região.

Um dado também revelado pela PNAD Contínua diz respeito à formalidade. Em 2019, apenas 27,3% das trabalhadoras domésticas tinham vínculo empregatício. Em 2022, eram 24,7%. Em 2013, 30% das trabalhadoras tinham registro, ou seja, nota-se uma queda na quantidade de trabalhadoras formalizadas. Esses números se refletem

¹ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 7 nov. 2023.

na RMC, segundo o sindicato. As altas taxas de informalidade no trabalho doméstico no Brasil dificultam, obviamente, o cumprimento dos direitos trabalhistas, e favorecem a exploração, precarização e violação de direitos. Outro fator é a dificuldade de fiscalização deste trabalho, visto que este se dá em âmbito privado e familiar.

Este setor empregatício não é homogêneo, incluindo atividades como babás, serviços gerais de cuidado da casa, cozinheiras, motoristas e jardineiros. No entanto, dada a desigualdade de gênero, as mulheres ficam responsáveis pelas funções internas, que envolvem o cuidado de crianças, de idosos e da casa, enquanto os homens atuam nas áreas externas, como motoristas e cuidadores de jardins e piscinas. Ainda segundo a PNAD Contínua de 2019, 14,2% das mulheres brasileiras ocupadas estavam no trabalho doméstico remunerado, enquanto 0,9% dos homens se empregavam no setor.

Entre os cuidados com crianças, de acordo com a PNAD Contínua, 9% das mulheres parte do setor doméstico exerciam a função de babá, enquanto os homens empregados no setor representavam apenas 1% dos que se identificavam como cuidadores de crianças. Ou seja, essa função é majoritariamente exercida por mulheres que, por muitas vezes, deixam de oferecer cuidados aos seus próprios filhos para cuidar das crianças de outras famílias. Nossa escolha de foco se deu pelo fato de tal profissão ser complexa, demandando alta responsabilidade, exposta às mais diversas violações trabalhistas e discriminações, além de envolver vínculos afetivos.

Desse modo, é importante que se busque compreender como são as relações de trabalho de tais profissionais, como vivem entre as famílias para as quais trabalham e como a informalidade e a desvalorização de suas funções se dá. Há um discurso comum, reproduzido em muitos lares que contam com a presença de uma trabalhadora doméstica, de que esta é “parte da família”. No entanto, essa narrativa não reflete a realidade de forma geral, pois não dá a essas mulheres o acesso aos direitos de um ente familiar e nem sequer assegura direitos laborais ou condições dignas e protegidas de trabalho (Pinheiro *et al*, 2021).

Logo, o objetivo deste projeto é abordar o trabalho de babás na Região Metropolitana de Campinas por meio de um livro-reportagem, retratando a exploração e a precarização desse setor laboral, bem como os vínculos com as crianças que cuidam

e outras questões diversas vivenciadas por essas mulheres, tais como a relação com suas próprias famílias, a conciliação com a rotina e os efeitos do trabalho em sua saúde física e mental.

Reiterando as informações já trazidas, o recorte do nosso trabalho se dá no destaque à vida das babás da região, considerando a falta de reconhecimento de seu trabalho, os desafios para conciliar a profissão com suas vidas pessoais e a relação afetiva com as crianças que cuidam. Isso posto, ao trazer aspectos diversos da vida e do trabalho de tais profissionais, as colocamos como o centro de discussão deste livro-reportagem, com o objetivo de que contem suas próprias histórias.

Além disso, entre os direitos trabalhistas conquistados pela categoria, podemos destacar cinco que se enquadram na jornada de trabalho de uma babá, sendo eles: o 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho (FGTS), férias, horas extras e uma jornada de trabalho de no máximo 8 horas diárias (ou 44 horas semanais). Todas essas garantias legais foram abordadas nas entrevistas, de forma a destacar se esses direitos estão ou não sendo cumpridos.

1.2 Modalidade

Eduardo Belo, autor da obra “Livro-reportagem” (2006), destaca a importância de criar narrativas mais aprofundadas no jornalismo, e o livro-reportagem é uma das formas de fazê-lo, ao trazer, com mais detalhes, relatos de fontes. Por isso, o gênero desenvolvido no nosso projeto experimental foi nesse formato, adotando elementos do jornalismo literário, pois, assim, é possível apresentar as histórias das babás entrevistadas utilizando métodos pertencentes ao jornalismo, sem “descartar certas nuances literárias” (Rocha; Xavier, 2013, p. 144).

Belo (2006) argumenta que é crucial que o jornalismo desenvolva narrativas mais aprofundadas, e uma das maneiras de fazê-lo é por meio do livro-reportagem, que oferece investigações jornalísticas com maior riqueza de detalhes.

Também, segundo Belo (2006), embora as chamadas “*hard news*” tenham um papel importante na transmissão de informações objetivas, nem sempre são tratadas com muito cuidado. Ainda conforme o autor, é necessário ir além da informação

objetiva e produzir reportagens mais elaboradas para interessar o leitor, abordando temas relevantes de forma mais detalhada e aprofundada, como no livro-reportagem. A leitura imersiva, necessária para a apropriação do conteúdo pelo leitor, atrai parcela da população, ao contrário do que diz o senso comum. De acordo com a 5ª edição do “Retratos da leitura no Brasil”, estudo realizado pela plataforma Pró-livro em 2020², cerca de 52% dos brasileiros têm o hábito de leitura.

Mas a cobertura da imprensa, de modo geral - do noticiário local à política, do esporte à economia - tem se tornado cada vez mais burocrática e superficial, obrigando os profissionais interessados na reportagem a procurar caminhos alternativos. Esse desencontro entre o anseio do público e o produto que a mídia impressa oferece tem sido responsável por uma série de equívocos. O maior deles talvez seja o mito de que o leitor não gosta de ler - associado, quase sempre, à ideia de que esse mesmo leitor não quer saber de histórias longas e não tem tempo para isso. Se é um leitor, por que não leria? (Belo, 2006, p. 14-15).

Além disso, para Rocha e Xavier (2013), a publicação de livros-reportagem é facilitada hoje por diferentes fatores, os quais incluem a redução dos custos de impressão e a oportunidade de publicar em plataformas na internet.

Portanto, o nosso grupo aborda temas diferentes dos que são comumente veiculadas na mídia em relação às babás e ao trabalho doméstico. Chamamos a atenção para as diversas formas de exploração presentes nessa classe trabalhista, bem como para a importância de uma reflexão crítica sobre tais questões na sociedade. Mas buscamos, também, por meio da produção do livro-reportagem, trazer à tona histórias que apresentem uma visão mais real e humanizada das profissionais, destacando suas histórias de vida, experiências, resistências, desafios e conquistas.

O livro-reportagem, como demonstrado, nos possibilita abordar essas questões com muito mais profundidade. No livro, trazemos relatos mais detalhados que nos possibilitam contar as histórias dessas mulheres de forma mais completa, explorando variados aspectos de suas vidas e como as questões do trabalho doméstico as afeta em diferentes âmbitos. Com base nas pesquisas feitas previamente, notamos que além

² Disponível em:

<https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

de haver pouquíssimo material na mídia sobre babás, o que se encontra nunca é focado em suas próprias narrativas e perspectivas. Portanto, oferecemos um espaço onde essas mulheres possam contar suas histórias sem serem atravessadas por discursos elitistas e estereotipados que permeiam muitos dos veículos tradicionais, como também constatamos em nossa apuração.

1.3 Justificativa

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), feita no quarto trimestre de 2022, apresentou dados sobre a renda e sobre a escolaridade dessas mulheres. 60,4% viviam com mais de meio salário mínimo *per capita*; 26,2% tinham renda de até meio salário mínimo *per capita*; e 13,4% viviam com até um quarto de salário mínimo. Além disso, a maior parte (38,2%) tinham o ensino fundamental incompleto; enquanto outros 32,9% apresentavam o ensino médio completo. Apenas 2% tinham o ensino superior completo; e 1,5%, o superior incompleto.

Esses dados mais recentes mostram que o trabalho doméstico remunerado no Brasil segue sendo realizado majoritariamente por mulheres com menor grau de escolaridade e vindas de famílias mais pobres. Ou seja, para abordar o tema é preciso considerar a interseccionalidade de gênero, raça e classe, tripé de marcadores sociais que reproduzem desigualdades. A partir das informações apresentadas, entende-se a necessidade de abordar este tema de modo a dar visibilidade e protagonismo a essas profissionais.

Prova de tal importância, foi a escolha do tema da redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) de 2023, intitulado "Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil", que reflete uma preocupação no contexto social contemporâneo. Esse tema amplo pode abranger tanto o trabalho de cuidados não remunerado – sobretudo, das mães – quanto o remunerado, que inclui as cuidadoras de idosos e babás. Esta temática destaca o aspecto social e econômico da realidade das babás no Brasil e a realidade brasileira.

Muitas vezes, essas profissionais, predominantemente do sexo feminino, que cuidam de crianças e idosos e, portanto, desempenham um papel de grande responsabilidade na sociedade. Porém, frequentemente de forma invisível e

subvalorizada. O tema da redação reitera a importância da abordagem das histórias das profissionais do setor e oferece aos candidatos a oportunidade de abordar questões relacionadas à desigualdade de gênero, à sobrecarga de trabalho das mulheres e à necessidade de reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado, um debate que está intrinsecamente ligado às experiências das babás e de tantas outras trabalhadoras que desempenham funções similares.

Além disso, após realizar pesquisas preliminares, o grupo notou uma tendência na cobertura midiática sobre babás. A maioria dos resultados em mecanismos de busca, como a aba notícias do *Google*, traz reportagens sobre babás que trabalham para famosos, mas pouco se fala sobre as condições de trabalho, emocionais e pessoais dessas mulheres, como nos exemplos: “Bianca Andrade e babá do filho vão ficar internadas em hospital de SP até domingo após acidente no RJ”³ (*g1*, 3/11/2023), “Bárbara Evans se pronuncia sobre polêmica com babá”⁴ (*Metrópoles*, 4/11/2023). Já as pesquisas gerais mostram *sites* e serviços de contratação de babás. Algumas narrativas até mesmo glamourizam a situação, ao destacar os altos salários e benefícios recebidos pelas babás de famosos, como “Quanto ganha uma babá de filho de famoso? Salário gordo inclui viagens e presentes”⁵ (*Caras*, 6/4/2023) e “Virgínia Fonseca revela que não sabe quanto paga para a babás de suas filhas”⁶ (*Marie Claire*, 29/08/2023).

Também percebemos que há uma escassez de livros e, quando há algum, raramente se concentra nas perspectivas e narrativas dessas mulheres. Os livros “Mãe - Manual de Instruções” e “Babá - Manual de Instruções”, escritos pela terapeuta Roberta Palermo em 2009, são obras de autoajuda que abordam a relação entre mães e babás. Enquanto o primeiro oferece informações para as mães selecionarem

³ Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2023/11/03/acidente-bianca-andrade.ghtml>. Acesso em: 5 nov. 2023

⁴ Disponível em:

<https://www.metropoles.com/entretenimento/barbara-evans-se-pronuncia-sobre-polemica-com-baba>.

Acesso em: 4 nov. 2023

⁵ Disponível em:

<https://caras.uol.com.br/atualidades/quanto-ganha-uma-baba-de-filho-de-famoso-salario-gordo-inclui-viagens-e-presentes.phtml>. Acesso em: 17 abr. 2023

⁶ Disponível em:

<https://revistamarieclaire.globo.com/celebridades/noticia/2023/08/virginia-fonseca-revela-que-nao-sabe-quanto-paga-para-a-babas-de-suas-filhas.ghtml>. Acesso em: 3 nov. 2023.

profissionais e gerenciar tarefas, o segundo é voltado às profissionais, abordando questões como comportamento durante refeições e como lidar com a gravidez materna. No entanto, a visão apresentada é elitista e não dá voz às babás, o que é diferente do que propomos em nosso livro-reportagem.

Outro livro encontrado é “Como se fosse da família”, de Marusa Silva, que apresenta uma pesquisa sobre a relação entre babás e patroas na região do Leblon, no Rio de Janeiro, abordando as dinâmicas de trabalho permeadas por uma ambiguidade afetiva que, por vezes, resultam em violação de direitos. Por outro lado, nosso projeto busca evidenciar a questão dos direitos trabalhistas das babás e as questões familiares e de cuidados e vínculos que permeiam por meio de entrevistas com essas trabalhadoras, permitindo que elas sejam o centro da obra, numa abordagem jornalística que difere da abordagem acadêmica do livro de Silva.

Devido a tais fatores, o grupo escolheu o livro-reportagem para o projeto experimental, e, também, por causa da complexidade do tema, que envolve situações trabalhistas e pessoais, pois muitas das mulheres que entrevistamos não se sentem confortáveis para se identificar. Em trabalhos jornalísticos que envolvem relatos de situações no ambiente de trabalho, sobretudo, no doméstico, algumas fontes preferem falar de forma anônima, sem terem sua identidade revelada. No caso deste formato, é possível preservar a identidade das fontes que preferem o anonimato, sem a necessidade de utilizar imagens desfocadas ou alterar os áudios das vozes.

Além disso, de acordo com Rocha e Xavier (2013), a publicação de livros foi facilitada por diversas razões, incluindo a redução do custo de impressão, a disponibilidade de novas plataformas para publicação, o interesse do público por esse tipo de leitura e a possibilidade de os escritores criarem um texto mais elaborado e diferenciado dos formatos tradicionais de notícias.

Portanto, nossa escolha de tema foi baseada na invisibilidade das trabalhadoras babás, que representam uma porcentagem minoritária no trabalho doméstico e, por conseguinte, conforme Sousa (2018), acabam sofrendo um silenciamento de suas vozes e de suas dificuldades.

1.4 Processo de apuração

A ideia do tema surgiu quando, em uma conversa com a professora Juliana Doretto, que ministrava a disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada ao Projeto Experimental, ela sugeriu que as babás poderiam ser o centro do projeto a ser desenvolvido. Com isso em mente, passamos a pensar o que poderia ser feito, qual enfoque poderia ser trabalhado e de que modo o trabalho dessas profissionais poderia ser abordado. Foi quando nos lembramos do trabalho realizado pela historiadora, ativista e babá Janaína Costa, criadora da página “Ela é só a babá” no *Instagram*. Nesse perfil, além de contar suas experiências pessoais na profissão, Janaína denuncia diversas formas de abusos e violências sofridos pelas trabalhadoras domésticas, além de trazer reflexões com base em seus estudos.

Desse modo, nasceu a ideia de trabalhar com as denúncias relacionadas aos descumprimentos das leis, às discriminações e violências que essas profissionais estão sujeitas nas casas de seus contratantes. À princípio, pensamos em trazer a própria Janaína como fonte especialista, por seu ativismo e experiência no setor, além de seus projetos de criação de conteúdo voltados para o tema.

Assim que a ideia de abordar o trabalho doméstico – mais especificamente, a profissão das babás – surgiu, iniciamos nossas pesquisas e leituras sobre o tema. Logo nos primeiros dias, quando ainda pensávamos sobre qual seria nosso recorte, começamos com pesquisas básicas no buscador do *Google* por matérias jornalísticas sobre babás e sobre o trabalho doméstico de modo geral.

Nesse processo lemos e assistimos todas as matérias e reportagens que encontramos, notando que haviam sim matérias que denunciavam violências sofridas por essas trabalhadoras, mas que eram muito raras. A maioria dos materiais jornalísticos voltados para essa temática eram direcionados aos interesses dos patrões e dentro do campo do comportamento de celebridades. Majoritariamente, o trabalho doméstico é retratado no jornalismo de forma que privilegia a classe patronal, deixando de lado os interesses e preocupações das próprias trabalhadoras, que se tornam coadjuvantes, quase nunca sendo ouvidas.

Pudemos ver isso com mais clareza ao buscar matérias e reportagens específicas sobre a cobertura da PEC das Domésticas, desde a sua elaboração e promulgação, até a regulamentação da Lei 150, último passo necessário para fazer

valer todos os direitos previstos no parágrafo único do Art. 7 da Constituição Federal para a classe doméstica. A cobertura da PEC das Domésticas (como visto com mais detalhes no Relatório de Pesquisa Individual de uma das integrantes deste projeto) invisibilizou as trabalhadoras e, por muitas vezes, apontou consequências negativas dessa conquista trabalhista para o setor.

Ler e assistir a essas reportagens nos motivou ainda mais a trazer o ponto de vista das trabalhadoras, frequentemente deixadas de lado na cobertura jornalística tradicional. Desse modo, seguimos para as próximas etapas da nossa apuração, que incluíam encontrar o máximo de dados possíveis sobre o trabalho doméstico no Brasil e também informações mais específicas sobre as babás, o que não foi uma tarefa fácil.

Nos deparamos com muito pouco material sobre as babás. Apesar de termos encontrado documentos, como uma coletânea do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2021, que se debruça inteiramente sobre o trabalho doméstico no Brasil, não há tantos dados específicos e detalhados sobre as babás em si. A grande maioria dos conteúdos analisados abordam o trabalho doméstico de modo geral, o que inclui, obviamente, as cuidadoras de crianças, mas sem focar de modo mais aprofundado em suas questões.

No entanto, a coletânea do Ipea em conjunto com a OIT (2021) nos serviu como um material muito valioso. Intitulada *“Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerados no Brasil”*, a obra traz um panorama bem completo sobre o trabalho doméstico no Brasil e na América Latina. Com artigos de diversos autores, das mais variadas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia, a Economia e as Ciências Políticas, a coletânea aborda temas como a divisão sexual do trabalho, a luta por direitos trabalhistas, a invisibilidade do setor, os atravessamentos de marcadores sociais e contextualização histórica. Além disso, o relatório traz pesquisas sobre raça, classe, gênero, localidade geográfica, escolaridade e faixa etária, tudo em âmbito nacional.

Uma informação muito importante que descobrimos ao longo das nossas pesquisas envolveu a criação do primeiro sindicato de empregadas domésticas no Brasil. Como já dito, Laudelina de Campos Mello, uma das principais ativistas

brasileiras em prol dos direitos dos negros, foi responsável pela criação da primeira associação voltada para a luta por direitos no trabalho doméstico.

Nascida em Poços de Caldas (MG), foi no estado de São Paulo que Laudelina consolidou sua luta. Em 1936, fundou, em Santos (SP), a Associação das Empregadas Domésticas, fechada em 1942 pelo Estado Novo. Já morando em Campinas (SP), a ativista criou, em 1961, a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas, que viria a se tornar, em 1988, o primeiro sindicato da categoria no país. O ativismo de Laudelina inspirou a criação de associações similares em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Com os dados nacionais em mãos, buscamos, sem sucesso, dados específicos na Região Metropolitana de Campinas. Não encontramos, em nenhuma plataforma, pesquisas regionais e sem as atualizações do Censo do IBGE, ficamos apenas com o panorama geral brasileiro. Nesse período, também nos dedicamos a pensar em quais seriam as fontes necessárias para a elaboração desse projeto. Obviamente, as babás seriam o foco, então precisaríamos encontrar profissionais dispostas a participar, de forma identificada ou anônima.

Decidimos, em conjunto com a professora Juliana Doretto, que seria necessário incluir, entre as fontes especialistas, uma advogada trabalhista – que pudesse falar sobre as leis e violações de direitos –, uma socióloga – para tratar dos assuntos inerentes aos marcadores sociais de raça, gênero e classe –, e uma fonte ativista. Desse modo, fomos em busca do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Hortolândia (SINDITD), onde conversamos com a coordenadora Aparecida Marcondes.

Como citado, desejávamos incluir a ativista Janaína Costa no projeto. Ao contatá-la e, após explicarmos sobre o projeto, ela demonstrou interesse em contribuir. No entanto, não conseguimos manter o contato com ela que, já na época, nos disse estar impossibilitada de realizar uma pré-entrevista conosco, devido aos compromissos de sua agenda. Janaína faz parte de muitos projetos que envolvem a pauta racial e doméstica, inclusive, ministra palestras em várias partes do Brasil.

Sem conseguir um novo contato, observamos em suas redes sociais que ela estava realmente com a agenda muito cheia. Em função dos nossos prazos, optamos

por excluí-la como fonte do projeto.

No entanto, descobrimos a Casa Laudelina de Campos Mello, situada em Campinas e que mantém o legado de ativismo de Laudelina. Desse modo, entramos em contato com a instituição e conversamos com Cleusa Silva, coordenadora, que aceitou participar do livro.

Assim, seguimos em busca das nossas fontes principais: as babás. Essa busca não foi fácil, visto que no início, não sabíamos por onde começar. Até que um colega nos sugeriu procurar em grupos de trabalhadoras domésticas no *Facebook*. Então pesquisamos e encontramos grupos específicos de babás. Lá, essas mulheres divulgam seus serviços para pessoas interessadas, deixando seus contatos. Foi dessa forma que conseguimos as primeiras personagens: enviando mensagens diretamente no *Facebook* ou salvando seus contatos telefônicos. Foi um processo longo e com pouco retorno. Chegamos a enviar mensagens para mais de 60 trabalhadoras. A maioria não nos deu retorno.

No entanto, conseguimos, ainda no primeiro semestre do ano, a confirmação de cinco babás. Uma delas acabou não conseguindo participar do projeto por uma questão de horários, visto que estava trabalhando todos os dias e morando na casa de seus patrões. Mas, quando iniciamos nossas pré-entrevistas para o projeto, já no segundo semestre, marcamos entrevistas com mais duas babás através de outras fontes já confirmadas.

Além disso, por conta do projeto envolver a divulgação de casos de violação de direitos trabalhistas, consultamos a advogada trabalhista Thais Cremasco sobre o melhor modo de tratar o tema, sem nos expor a um possível processo judicial. Ela afirma que é necessário não identificar o empregador nem trazer algum meio de obter informações que possam levar a essa identificação. Assim, optamos por não identificar nenhuma das fontes, criando pseudônimos para cada uma, além de não expor nenhum detalhe de seus patrões e residências que pudesse ser identificável.

1.5 Seleção de fontes

Como mencionado, por termos nosso foco nas profissionais, desde o início as tínhamos como nossas principais fontes, sendo elas as personagens centrais do livro. Desse modo, sabíamos que precisaríamos de ao menos cinco babás que pudessem compartilhar suas histórias conosco. Em nossas orientações, decidimos que entre cinco e seis personagens seria o ideal. Também sabíamos que precisávamos de especialistas que pudessem abordar o trabalho doméstico de diferentes ângulos. Assim, concluímos que deveríamos ouvir uma advogada trabalhista, uma socióloga, uma psicóloga, uma ativista e uma representante do sindicato. Desde o início do projeto, demos preferência por selecionar mulheres, visto que o trabalho doméstico, como demonstramos com os dados de pesquisa, é um setor majoritariamente feminino.

A busca por personagens para o nosso projeto teve um início quando decidimos recorrer aos grupos de babás no *Facebook*, onde muitas delas compartilhavam seus contatos em busca de oportunidades para cuidar de crianças. No entanto, a jornada nem sempre foi sem percalços. Algumas das mulheres que inicialmente entramos em contato, acabaram não retornando nossas mensagens, ou, quando finalmente fomos marcar as entrevistas, pararam de responder ou perderam o interesse. Porém, contamos com a ajuda das fontes confirmadas que permaneceram conosco no projeto, que nos indicaram outras profissionais dispostas a participar do nosso livro.

Já quanto às fontes especialistas, foram encontradas através de contatos e conexões do grupo, sobretudo com assessorias de imprensa de universidades de Campinas. Além de contar com a participação de Cleusa, responsável por trazer também a história da Casa Laudelina. Todas foram validadas pela professora orientadora do projeto que juntamente com o grupo avaliou as temáticas que deveriam ser abordadas na entrevista.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, algumas das fontes entrevistadas caíram, sobretudo as personagens que deixaram de nos responder. Porém, isso não foi um problema, já que, muitas das personagens tinham colegas de profissão para indicar e até mesmo parentes em alguns casos, completando a nossa narrativa com seis personagens com idades e histórias variadas.

As entrevistas com as babás começaram no início de agosto e se estenderam até a segunda semana de setembro. Um desafio foi coordenar horários, pois muitas

delas tinham rotinas muito diferentes das integrantes do grupo, o que nos obrigou a realizar as conversas por chamada de vídeo ou telefone. Algumas até preferiram essa abordagem, possivelmente devido à agitada agenda. No entanto, uma das personagens expressou apreensão inicial, porque achou estranho que pessoas desconhecidas a abordassem para participar de um projeto experimental. Com paciência e transparência, conseguimos superar esses obstáculos e avançar com as conversas.

Ressaltamos que era nosso desejo realizar todas as entrevistas com as personagens de forma presencial. Mas, como mencionado, essa possibilidade se tornou inviável assim que começamos a conhecer mais sobre essas mulheres e suas rotinas. Além de trabalhar todos os dias cumprindo longos horários (até mesmo dormindo no trabalho), a maioria delas têm filhos e lidam com a dupla jornada. Sabíamos que não poderíamos entrevistá-las nas casas de seus empregadores, pois isso poderia influenciar nas respostas, já que muitas poderiam se sentir desconfortáveis em falar sobre determinados temas na presença deles. Além disso, talvez não conseguíssemos autorização desses patrões para entrar em suas residências.

Além da rotina das próprias babás, que se inicia bem cedo, as três integrantes do grupo trabalhavam de segunda a sexta no período de elaboração dessas entrevistas. Embora pudéssemos tentar negociar horários, essa mesma alternativa não estava disponível para as babás. Algumas foram tão difíceis de contatar e conseguir um horário para conversar que acabamos fazendo entrevistas à noite ou de manhã bem cedo.

Em relação às especialistas, as entrevistas foram realizadas via *Zoom* e *Google Meet*, apenas a com a psicóloga Bruna Hass aconteceu via *WhatsApp*.

Para este trabalho, foram selecionadas 12 fontes, separadas entre seis personagens babás, uma filha de uma das trabalhadoras e cinco fontes especialistas. As babás entrevistadas foram identificadas com pseudônimos, com o objetivo de garantir que as informações compartilhadas por elas permanecessem confidenciais e anônimas, assegurando que tais profissionais não sejam prejudicadas judicialmente e estejam seguras.

Assim, vamos listar e apresentar um breve histórico de cada uma das entrevistadas. Silvana Duarte, com 30 anos de carreira no cuidado de crianças. No livro, ela recebeu o nome de Ana Paula. Silvana começou a cuidar de crianças aos 13 anos e trabalhou em diversas capacidades, incluindo como diarista e em escolinhas, especialmente no berçário. O horário que ela cumpre serviço é das 10:30 às 20h, e nunca recebeu um décimo terceiro salário. Na casa onde está atualmente, Silvana não tinha registro em carteira, embora cobrasse seu patrão por esse direito.

Além disso, ela enfrentou uma situação de demissão por não ter aceitado o acúmulo de funções. Seu empregador queria que ela desempenhasse tarefas de cuidados gerais, mesmo tendo sido contratada apenas por seus serviços de babá. Ao não concordar com a situação, Silvana foi demitida. Uma questão em sua história é a constante vigilância de seu atual patrão, que a monitora por câmeras, inclusive no quarto onde ela dorme, e viola a privacidade da profissional. A personagem também busca constantemente se atualizar com cursos, incluindo auxiliar de enfermagem, primeiros socorros, defesa pessoal e cursos relacionados a eventos e viagens com patrões, além de um curso anti-sequestro.

Priscila Ferreira é uma babá de 43 anos que reside em Sumaré (SP) e trabalha em Campinas (SP). A profissional está na área desde os 17 anos. Ela possui ensino médio completo e uma filha. No livro, a chamamos de Laura. Priscila teve experiências difíceis em empregos anteriores, incluindo quase ser agredida fisicamente por uma patroa e passar fome, pois não lhe era oferecida alimentação. Ela destaca que o desafio maior não está no cuidado das crianças, mas sim na relação com os pais. Atualmente, Priscila recebe um salário de R\$ 5.500 para desempenhar tanto a função de babá quanto a de serviços gerais, o que afirma ter sido acordado previamente. Segundo a trabalhadora, a família para a qual cuida da criança a valoriza muito, destacando a ajuda e o respeito que recebe de sua patroa.

Jéssica Cristine é uma babá experiente que contou ter por volta de 15 a 16 anos de trabalho, tendo atendido entre 10 e 20 casas ao longo de sua carreira. Ela cuida de duas crianças pequenas em uma casa onde está há três anos, enfrentando desafios como baixa remuneração e situações difíceis com empregadores anteriores, incluindo agressões das crianças e acusações de roubo que não havia cometido. Seu

pseudônimo é Mariana. Jéssica é determinada em não levar os problemas da profissão para casa e tem uma forte conexão familiar, já que tanto sua mãe quanto sua irmã são babás.

Daniela Cristina Nobre atua em uma escola como monitora, desempenhando funções de cuidado das crianças, como troca de fraldas e alimentação. Além de seu emprego na escola, ela trabalha como babá aos finais de semana. Com 47 anos e uma filha, ela ama o que faz e leva as crianças para serem cuidadas em sua própria casa. No livro, seu pseudônimo é Isabel. Apesar de não ter registro em carteira como babá, Daniela frisou em diversos momentos que não considera ter passado por dificuldades em sua profissão. Ela não relatou nenhuma situação que envolvesse ofensas de patrões, acúmulos de função, desrespeito a carga horária de serviço ou qualquer outra violação de ordem trabalhista.

Embora atualmente seja babá apenas aos fins de semana, Daniela contou que em outros momentos exerceu a função durante a semana também. Foi o que aconteceu durante a pandemia, quando houve o fechamento das escolas. Nesse período, ela chegou a cuidar de cinco crianças em sua casa, todos os dias.

Silvia (Mãe da Jéssica), cujo nome é Carmen Silvia, tem uma carreira de 13 anos como babá, sendo registrada e atualmente trabalhando em sua terceira casa por 5 anos. Seu nome no projeto foi alterado para Helena. Entre as seis personagens presentes na obra, ela é a única devidamente formalizada. No entanto, ter esse aparato legal não impede que Silvia lide com situações desagradáveis em seu emprego e tenha alguns de seus direitos, como o horário de almoço, desrespeitados.

Ela descreve a profissão como cansativo, muitas vezes exigindo mais do que o esperado. Carmen tem três filhos adultos e quatro netos, contudo evita falar sobre ser babá com eles para não gerar ciúmes. Ela se sente muito apegada às crianças que cuida, apesar de sua patroa não valorizar seu papel. Carmen aconselha as novas babás a não focarem apenas no salário, mas sim a gostarem do que fazem e a lidarem com a responsabilidade de cuidar de vidas. Ela planeja se aposentar em cinco anos e prefere cuidar de crianças bebês.

Lorena Damasceno nasceu na Bahia e chegou em Campinas ainda na infância, com sua mãe e irmão. Começou a cuidar de crianças aos 12 anos de idade. Ela

chegou a atuar em outras áreas, como ajudante de cozinha, auxiliar de produção, doméstica de serviços gerais, faxineira, vigilante, controladora de acesso e auxiliar administrativo. Lorena acredita que ao longo de sua trajetória como babá, tenha trabalhado em aproximadamente 12 casas diferentes.

Atualmente ela cursa Pedagogia à distância e pretende fazer pós em psicanálise infantil. Seu pseudônimo é Regiane. Ela tem dois filhos: um adolescente de 17 anos e uma bebê de 1 ano e 10 meses. Entre os principais desafios da profissão, ela citou o comportamento dos patrões e as injustiças no ambiente laboral. Lorena conta que já chegou a ter empregadores que a registravam com um salário em carteira, porém na prática, pagavam outro valor.

Entre as nossas especialistas, está a advogada Thaís Cremasco, especialista em direito trabalhista e que atualmente cuida de casos com causas que envolvem especificamente violência de gênero e racial. Ela é conselheira estadual da Ordem dos Advogados de São Paulo, presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de Campinas (AATC) e co-fundadora do núcleo Mulheres Pela Justiça, que oferece atendimento para mulheres em situação de violência.

Cleusa Silva é ativista e especialista em gestão de políticas públicas. Ela é coordenadora da Casa Laudelina de Campos Mello e da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Sua luta inclui o antirracismo, o feminismo negro e o ativismo doméstico. Tendo sido babá na juventude, antes de terminar os estudos, Cleusa conviveu por muitos anos com Laudelina, com quem aprendeu muitas coisas sobre a luta por direitos para as domésticas. Hoje, a Casa Laudelina de Campos Mello, situada em Campinas, busca manter o legado da ativista e seguir lutando por melhorias para a classe trabalhadora.

Angela Araújo é cientista política, professora doutora da Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero. Entre suas áreas de atuação estão os estudos de gênero nas relações de trabalho, sindicalismo e informalidade. Ela também é presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho ABET desde 2013.

Aparecida Marcondes é sindicalista e coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Hortolândia

(SINDITD) que atua diretamente na luta pela defesa dos direitos das domésticas na região e se articula com outras frentes a nível nacional. Atualmente, o sindicato opera com grandes dificuldades, sobretudo, por conta da tecnologia.

Bruna Hass é psicóloga clínica e organizacional, com experiência na área de Recursos Humanos e no atendimento a colaboradores e funcionários de empresas. Nesse projeto, explicou como a rotina, a pressão, as críticas e as violações de direitos laborais podem afetar o psicológico dessas mulheres e adoecê-las. Ela também abordou os vínculos afetivos entre babás e as crianças.

Apesar de termos enfrentado algumas dificuldades, como a conciliação de horários com as fontes, acreditamos que conseguimos uma boa variedade tanto de personagens, quanto de especialistas, o que traz pluralidade ao projeto. As babás possuem diferentes perfis, com histórias e realidades diferentes. Além disso, com cinco especialistas de áreas distintas, abordamos o tema através de perspectivas diversificadas, agregando as considerações e os conhecimentos das áreas de atuação de cada especialista.

Contatos:

- **Silvana Duarte (babá)** - Contato: (19) 99131-1515
- **Priscila Ferreira (babá)** - Contato: (19) 98994-4630
- **Jéssica Cristine (babá)** - Contato: (19) 99327-7529
- **Carmen Silvia (babá)** - Contato: (19) 98914-0684
- **Daniela Cristina Nobre (babá)** - Contato: (19) 98153-2307
- **Lorena Damasceno Santos (babá)** - Contato: (19) 99161-8125
- **Angela Araújo (socióloga)** - Contato: angelamcaraujo@hotmail.com
- **Thais Cremasco (advogada)** - Contato: (19) 99736-8531
- **Cleusa Silva (ativista da Casa Laudelina Campos Mello)** - Contato: (19) 99718-1805

- **Aparecida Marcondes (sindicalista do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Hortolândia – SINDITD) - Contato: (19) 99494-0919**
- **Bruna Hass (psicóloga) - Contato: (19) 99389-0398**

Capítulo 2 – Desenvolvimento da produção jornalística

2.1 Desenvolvimento da produção

No primeiro semestre do ano, a partir da certeza do tema do projeto, o grupo começou as conversas para definir o processo de produção, tanto das entrevistas quanto da estrutura do livro. Primeiramente, as integrantes pensaram em realizar um entrecruzamento de experiências de diversas fontes, ou seja, sem perfis de cada entrevistada, com as diferentes histórias que ajudariam a tratar de temas específicos. A ideia inicial foi que o enfoque fosse totalmente voltado para a exploração e violação de direitos trabalhistas das babás, o que não mantivemos.

Anteriormente, os capítulos do livro eram os seguintes: *Informalidade e a violação dos direitos previstos na PEC das domésticas; Racismo; Desumanização; Vidas pessoais e Sonhos*. A última parte, dos “sonhos”, mantemos para o epílogo da versão atual da obra, no qual trazemos relatos de planos e desejos que as babás têm para o futuro.

Nesse processo, para que tivéssemos o material necessário para a elaboração desses capítulos ainda a definir, realizamos, ao todo, 11 entrevistas para o livro-reportagem (sem contar as pré-entrevistas com as babás), sendo seis delas por ligação via *WhatsApp*, cinco com especialistas via *Google Meet* e apenas uma na qual a especialista nos enviou as perguntas respondidas por áudio, devido aos conflitos de agenda entre as integrantes do grupo e a entrevistada. As outras conversas foram planejadas e marcadas com as fontes, por meio de um planejamento e a organização de horários a fim de que cumpríssemos o *deadline* para, assim, iniciarmos a escrita do livro.

Da primeira à terceira semana de agosto realizamos pré-entrevistas com as personagens, com o objetivo de conhecê-las e ter um primeiro contato com a realidade em que vivem. Em tal momento, notamos que seria inviável marcar as entrevistas presencialmente devido ao desencontro das integrantes do grupo com os horários de trabalho das babás, que têm pouco tempo livre ao longo dos dias, até aos finais de

semana. Por uma questão de necessidade marcamos as entrevistas por *WhatsApp*, plataforma com mais acessibilidade para as entrevistadas.

Ao longo do processo, percebemos que nem todos os tópicos e temas que planejamos abordar anteriormente estavam presentes nas vidas das mulheres que entrevistamos. Após estarmos com os áudios das entrevistas transcritos, separamos três temas principais para abordarmos em cada capítulo – desafios pessoais e rotina, condições trabalhistas e paixão pela profissão e as consequências dos vínculos das babás com as crianças das quais cuidam.

Com os temas dos capítulos definidos, o grupo pensou na dinâmica de escrita do livro, já que três integrantes têm estilos de redação muito distintos. A ideia de cada uma escrever um capítulo surgiu após a banca de qualificação no mês de agosto, na qual as professoras sugeriram que cada capítulo poderia ser com autorias diferentes. Concordamos, pois, assim, facilitou nossa maneira de trabalhar e escrever e deixou o texto de cada capítulo mais individual. No entanto, foi decidido em conjunto que faríamos a escrita em grupo do prefácio e do epílogo.

Assim que finalizávamos as primeiras versões de cada capítulo, enviávamos para a professora orientadora, que realizava os apontamentos e sugestões de correção para arrumarmos e organizarmos as ideias do que já havíamos escrito. Tal desenvolvimento do livro perdurou durante todo o mês de outubro, no qual tivemos, pelo menos, quatro revisões de cada capítulo e, na última semana do mês, a última versão de cada parte do livro, incluindo o prefácio e o epílogo.

Uma das maiores dificuldades do processo de produção, além de marcar entrevistas presenciais, foi a preocupação com o conflito de informações e a repetição de aspas ou até de relatos das entrevistadas entre nossos capítulos, por serem temas que se dialogam e se complementam, ao nosso ver. Além disso, outro desafio aconteceu quando os diagramadores que tínhamos planejado nos passaram preços muito elevados pelo serviço de diagramação. Porém, por indicação, conseguimos uma profissional que atendia nossas demandas e cobrava um preço justo pelo trabalho, sendo mais possível financeiramente para nós.

Portanto, a maior dificuldade que tivemos se desenvolveu no momento em que precisamos separar e organizar as informações coletadas com as fontes,

principalmente na fase de transcrição dos áudios das entrevistas, pois alguns tinham duração de duas horas e meia. Começamos a fazer pela ferramenta de ditado, no *Word*, mas as palavras não saíam corretas e as frases não eram formadas claramente, por isso, tivemos que pesquisar uma plataforma de transcrição, para facilitar o procedimento e reunir relatos e aspas importantes para o livro. Descobrimos que o aplicativo *CapCut* transcreve áudios automaticamente por meio de legendas, as quais são viáveis para serem baixadas em um arquivo de texto, o que beneficiou o nosso trabalho e proporcionou uma escrita de forma mais ágil dos capítulos.

2.2 Processo de edição

Durante a edição deste projeto, foi fundamental observar e enfatizar certos aspectos relevantes. Pensamos em qual plataforma iríamos redigir o livro e escolhemos o *Google Docs*, por ser um meio no qual é possível escrever simultaneamente em um documento compartilhado.

Primeiramente, as integrantes do grupo escreveram seus capítulos de forma separada para que pudessem desenvolver suas ideias e estilos pessoais com mais liberdade. À medida em que o projeto avançava, a professora orientadora do grupo direcionava cada capítulo para que nenhuma informação se encontrasse de forma repetida no livro como um todo. Em seguida, cada integrante realizou a leitura de todos os capítulos como uma revisão final para o projeto.

Antes da produção do material, foi realizada uma seleção de personagens de forma a garantir uma diversidade no material. A principal preocupação do grupo era obter fontes que pudessem nos confiar informações sigilosas e pessoais, com a segurança de que as identidades não seriam reveladas. A seleção foi realizada no início deste ano através de grupos de trabalhadoras domésticas nas redes sociais.

A divisão entre as temáticas dos capítulos foi realizada em conjunto com a professora orientadora após a seleção das fontes e do início da execução das entrevistas. Portanto, ao longo da escrita do material, algumas integrantes tiveram que voltar a fazer retomar o contato com algumas fontes e personagens para conseguir mais informações direcionadas ao tema de seu capítulo.

Devido a essas mudanças, também foi prevista a alteração de estrutura do livro, que inicialmente contaria com uma ordem diferente dos capítulos, que foi invertida devido à aparição de novas informações através de novas pesquisas.

Todas as personagens estão presentes ao longo dos capítulos, sendo apenas selecionada a presença das especialistas que mais contribuíam para compreender contextos específicos. Com isso, a obra começou a se formar, restando então apenas a capa e a diagramação do material.

Ao longo da obra, há partes do texto em itálico, destacadas em parágrafo: falas e relatos que consideramos mais importantes que nossas entrevistadas nos disseram nas entrevistas. Escolhemos colocar de tal maneira, pois desejamos conferir ênfase e visibilidade especial a esses trechos, reconhecendo a relevância para a narrativa. Essa escolha estilística busca transmitir a complexidade e a profundidade das histórias, com objetivo de oferecer ao leitor uma diferença entre o texto em que contamos os relatos a partir do olhar jornalístico e, posteriormente, exatamente como as entrevistadas falaram para nós durante as conversas.

Para os títulos dos capítulos, escolhemos colocar aspas de trechos que as mulheres nos relataram durante as conversas. Tal forma de destacar por meio do uso de falas entre aspas visa priorizar as palavras proferidas pelas babás, e, assim, conseguimos preservar a autenticidade dos relatos e das expressões das personagens. Ao utilizar o recurso, buscamos manter uma fidelidade às histórias, a fim de proporcionar ao leitor a sensação de proximidade com as vozes das entrevistadas. Essa escolha tem o propósito de criar uma ponte direta entre as experiências compartilhadas pelas mulheres e o texto do livro-reportagem.

Também, preferimos referenciar as fontes especialistas com os cargos e formações completas apenas no prefácio e no primeiro capítulo, por serem partes de apresentação das entrevistadas do livro e para o leitor entender já nas primeiras páginas quem são as pessoas com quem conversamos. Além disso, o início da carreira das babás e as origens delas foram abordadas apenas no capítulo inicial, para não tornar a obra repetitiva e para o mesmo intuito que fizemos com as profissionais, as quais citamos anteriormente neste parágrafo.

A capa foi realizada pela mãe de uma das integrantes que trabalha como ilustradora. A ideia era trazer babás e crianças de diferentes etnias, para referenciar a diversidade que encontramos entre nossas personagens. Já quanto ao desenho a escolha artística do grupo foi que ocultasse o rosto, protegendo assim a identidade de nossas fontes e também adotando um estilo mais limpo para a capa que, ao ser realizada com a aquarela, transmite a delicadeza por trás do cuidado compreendido por essa profissão.

Figura 1: Ilustração da capa do livro



Fonte: Arquivo pessoal

Quanto às fontes escolhidas para a capa e o texto do livro, o grupo optou por duas abordagens: uma fonte com serifa para a capa e uma sem serifa para o miolo. Isso porque, na capa havia uma maior liberdade artística para a escolha da tipografia, já que a quantidade de textos era menor e sua delicadeza deveria ressoar com o desenho realizado pela ilustradora. Já para o miolo, a fonte sem serifa foi escolhida pela facilidade de leitura, considerando que o livro estará presente em formato digital que é beneficiado pelo uso dessa fonte.

Assim sendo, foi determinado que para o título da capa e dos capítulos seria utilizada a tipografia *Belleza* com destaque; o nome das autoras na capa foi adicionado também em fonte *Belleza*, mas sem destaque; para o corpo do texto foi escolhida a

tipografia *Poppins*, que também foi usada no nome das autoras nos capítulos, porém, em negrito.

Além disso, no meio do livro foram destacadas algumas aspas de personagens, sendo utilizados também outros recursos gráficos para chamar a atenção de relatos importantes para os leitores. Para esse destaque, as frases selecionadas foram adicionadas ao longo do texto em parágrafos destacados em itálico.

2.3 Projeto/proposta de divulgação

No início deste ano, para divulgar o projeto, decidimos criar o *Instagram* @projetoexperimentalbabas, com o objetivo de compartilhar o tema do trabalho e falar sobre o processo criativo e de escrita do livro-reportagem. A decisão de utilizar tal rede social possibilita que o trabalho seja mais compartilhado entre os seguidores da página e outros possíveis leitores.

Nos primeiros *posts* da conta, explicamos o que é o nosso livro reportagem e quem somos. Queremos que o público conheça a equipe por trás do projeto e compreenda a motivação que nos impulsionou a explorar esse tema tão importante.

Nos *stories*, compartilharemos vídeos de duas a três vezes por semana, a fim oferecer os bastidores das pesquisas para a escrita do livro e enquetes sobre o projeto.

Também, criamos um destaque especial dedicado ao nosso trabalho, onde o seguidor da conta encontrará informações essenciais, como os temas de cada capítulo e as autoras explicando as questões dos trabalhos das babás. Consideramos que os destaques são o lugar ideal para se aprofundar no projeto, além de trazer mais organização para o perfil.

Ao longo da divulgação, compartilharemos posts com frases marcantes das entrevistadas do livro. Cada citação nas postagens revelará uma perspectiva única sobre as experiências das babás e o seu papel na sociedade. Para nos conectarmos com os seguidores e com a proposta da obra, traremos vídeos com áudios das integrantes do grupo lendo trechos do livro. A voz das autoras, ao nosso ver, torna a narrativa mais envolvente e cria proximidade com os possíveis leitores.

Além disso, vamos disponibilizar o livro-reportagem de forma gratuita em formato digital na plataforma *Amazon*. Essa decisão visa tornar o conteúdo ainda mais acessível, de forma a apresentar as histórias das babás para ainda mais leitores. Segundo levantamento do próprio *site*, já em 2019, a *Amazon* já dominava cerca de metade das vendas de livros feitas pela internet e controlava aproximadamente 80% das vendas de livros digitais no Brasil⁷. Acreditamos que o conhecimento deve ser democrático e livre, e essa é a nossa contribuição para tornar tal divulgação concreta.

Com a obra publicada online, pretendemos não apenas criar conteúdo de qualidade, mas também garantir que o assunto de relevância socioeconômica abordado no livro chegue a tantas pessoas quanto possível.

Figura 2: Perfil no *Instagram* com a primeira postagem de divulgação



Fonte: Captura de tela

2.5 Custos e gastos

Quando começamos a organizar a produção do projeto e pensar nas formas de realizá-lo, já estávamos atentas aos possíveis gastos que teríamos. À princípio, como

⁷ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4nwprveg0wo>. Acesso em: 10 nov. 2023.

desejávamos fazer todas as entrevistas pessoalmente, acreditamos que teríamos gastos com deslocamento. Contudo, como acabamos por realizá-las de modo remoto, não tivemos nenhum custo referente ao transporte, seja com passagens de ônibus, corridas por aplicativo ou custos com gasolina.

O custo que tivemos foi de R\$ 400 na diagramação do livro, realizada por uma diagramadora *freelancer* que nos foi indicada. Além disso, as integrantes do grupo gastaram o valor de R\$ 40 para assinar o plano *Pro* da plataforma *Capcut*, a fim de transcrever os áudios das entrevistas com mais facilidade através da ferramenta de transcrição automática presente no aplicativo.

Referências bibliográficas

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006. 139 p. (Coleção comunicação)

CNN BRASIL. Tema da redação do Enem 2023 é divulgado; veja. **CNN Brasil**, São Paulo, 5 nov. 2023. [Online]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/tema-redacao-enem-2023/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - PNADC/A 2022**. [Online]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 7 nov. 2023.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (Orgs.) **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerados no Brasil**. Brasília: Ipea, OIT, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11044/1/Entre_relacoes_de_cuidado.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

ROCHA, Paula; XAVIER, Cintia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **Rumores**, São Paulo, v. 14 n.7. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69434/72014>. Acesso em 9 nov. 2023.

SOUSA, Catarina de. O trabalho doméstico e as babás: lutas históricas e ameaças atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/703/70361437009/70361437009.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

FACULDADE DE JORNALISMO

LETÍCIA MARIA DE ALMEIDA

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**DISCURSOS PRODUZIDOS PELO JORNALISMO NA
COBERTURA DA PEC DAS DOMÉSTICAS**

CAMPINAS

2023

LETÍCIA MARIA DE ALMEIDA

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**DISCURSOS PRODUZIDOS PELO JORNALISMO NA
COBERTURA DA PEC DAS DOMÉSTICAS**

Relatório individual de pesquisa apresentado à disciplina **METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA AO JORNALISMO** da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas como exigência parcial para aprovação na referida disciplina, sob orientação do Prof. Me. Carlos Gilberto Roldão

PUC-CAMPINAS

2023

Introdução

O ano de 2023 marca os 10 anos da promulgação da Emenda Constitucional n. 72, que ficou conhecida como PEC das Domésticas¹. A lei resulta da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 66, de 2012, de autoria de Carlos Bezerra, deputado federal do Mato Grosso pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB)².

A emenda alterou a redação do parágrafo único do Art. 7º da Constituição Federal de 1988, para que fosse estabelecida a igualdade de direitos trabalhistas entre os que exercem funções no ambiente doméstico e os demais profissionais, rurais e urbanos, conforme a Consolidação das Lei de Trabalho (CLT). O texto passou a vigorar do seguinte modo:

Art. 7º. Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social. (Brasil, 2013)

Antes da promulgação da Emenda Constitucional n. 72, os profissionais domésticos já dispunham dos seguintes direitos: salário mínimo fixado em lei; irredutibilidade do salário; décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; repouso semanal remunerado; férias anuais remuneradas; licença à gestante; licença-paternidade; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; e aposentadoria.

A partir da PEC, as trabalhadoras e trabalhadores domésticos passaram a ter também direito a garantia de salário nunca inferior ao mínimo previsto em lei; proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal;

¹ Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/30/pec-das-domesticas-10-anos-de-lei-80-anos-de-luta> Acesso em: 20 abr. 2023

² Disponível em:

https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4083999&ts=1630420136008&disposition=inline&_gl=1*mzrumh*_ga*MTQzOTQ1OTcyLjE2ODAzMzU1Mjg.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4MjEzNzUzMi4yLjEuMTY4MjEzNzcxNi4wLjAuMA Acesso em 20 abr. 2023

redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; proibição de qualquer tipo de discriminação do trabalhador com deficiência; e proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ao todo, a PEC das Domésticas reúne dezesseis novos direitos à categoria; nove deles, incluindo o Fundo de Garantia Por Tempo de Trabalho (FGTS), só foram regulamentados após a sanção da presidenta Dilma Rousseff, em 2015. Com isso, todos os direitos inclusos na emenda aprovada em 2013 passaram a ser garantidos. No entanto, mesmo com a lei, os profissionais da categoria seguem tendo seus direitos frequentemente violados, sendo o setor doméstico um dos mais vulneráveis à precarização.

A aprovação da PEC gerou bastante polêmica. Sob o argumento de que causaria uma onda de demissão em massa e aumentaria as dificuldades para que os trabalhadores domésticos conseguissem emprego, alguns deputados foram contrários à sua outorga, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro³, na época, com mandato pelo estado do Rio de Janeiro. Por todo o Brasil, os empregadores também reclamaram da PEC, dizendo que pagar à empregada todos os direitos garantidos por lei custaria caro, como mostrado em reportagem publicada pelo portal G1⁴, que ouviu patroas e domésticas pelo país.

Este argumento foi rebatido por especialistas e ativistas, como Creuza Maria de Oliveira, então presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), que em entrevista ao Correio Braziliense⁵ comparou a justificativa dos empregadores às dos escravagistas do período colonial. “Os fazendeiros também diziam que sem os escravos suas fazendas iam fechar, a produção ia acabar, que

³ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/radio/programas/401222-jair-bolsonaro-e-contra-aprovacao-da-pec-das-domesticas/> Acesso em 22 abr. 2023

⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/03/domesticas-e-patroas-comentam-pelo-brasil-mudancas-com-nova-lei.html> Acesso em 22 abr. 2023

⁵ Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/as-esquecidas-da-abolicao/2012/11/14/capitaldoiperedirect.333654/pec-que-pretende-igualar-direitos-das-domesticas-provoca-polemica.shtml> Acesso em 22 abr. 2023.

não dariam conta de continuar. Quem não puder ter uma empregada, que não tenha" (Correio Braziliense, 2012).

Os dados mais recentes, referentes ao ano de 2022, mostram que o Brasil contava com cerca de 5,8 milhões de trabalhadores domésticos no período da pesquisa, sendo 91,4% mulheres, com as negras representando 67,3% das profissionais, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)⁶. Esses números demonstram que o setor é atravessado por questões que envolvem raça, classe e gênero. Ademais, ainda segundo a PNAD Contínua, apenas 24,7% das trabalhadoras domésticas têm registro em carteira, o que dificulta o cumprimento das leis trabalhistas, mesmo com a PEC aprovada.

Com base nesse contexto, a seguinte pesquisa tem o propósito de analisar a forma como os veículos jornalísticos noticiaram a PEC das Domésticas entre os anos de 2013 e 2015, período em que foi promulgada e regulamentada, visando compreender quais foram os discursos produzidos e/ou reproduzidos pelo jornalismo durante a cobertura.

Para a elaboração desta pesquisa, será necessário, em primeiro lugar, compreender o que é a PEC das Domésticas e suas implicações. Outro tópico teórico que será abordado é o discurso jornalístico e sua construção para que, por fim, possamos entender os sentidos elaborados pelas narrativas jornalísticas na abordagem do trabalho doméstico e suas conquistas trabalhistas.

Metodologia

Segundo Gil (1987, p. 17), a pesquisa pode ser definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A pesquisa também é considerada a atividade central da Ciência, que permite uma compreensão da realidade a ser explorada, sendo um processo continuamente não finalizado, que se dá por meio de aproximações contínuas do real e que nos oferece recursos para uma intervenção nele (Silveira; Córdova, 2009).

⁶ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>

De acordo com Gil (1987, p. 17), a pesquisa se faz necessária quando não há informação o bastante para fornecer uma resposta a um problema, ou quando a informação se encontra desordenada de tal modo que não se possa relacioná-la ao problema de forma correta. O autor ainda propõe que a realização de uma pesquisa depende das qualidades intelectuais e sociais do pesquisador, tais como criatividade, curiosidade, integridade intelectual, atitude autocorretiva, imaginação disciplinada, sensibilidade social, perseverança e paciência, além de recursos humanos, materiais e financeiros.

A pesquisa passa por inúmeras etapas até a entrega final. Gil (1987, p.19) nos diz que, por se tratar de uma atividade racional e metódica, a investigação exige que as ações realizadas em seu processo sejam calculadas de modo efetivo. O autor também afirma não haver regras fixas para a elaboração de um projeto e que sua estrutura será determinada pelo tipo de problema a ser pesquisado e o estilo de seus autores, devendo esclarecer como será processada a pesquisa, quais estágios serão produzidos e quais recursos serão destinados.

Ainda segundo Gil (1987, p 23), toda pesquisa começa com algum tipo de problema ou questionamento. Porém, nem todo problema pode ser solucionado cientificamente; portanto, é necessário saber se a questão pode ser classificada como científica. Fontelles et.al. (2009) definem que a estruturação do problema é feita após a escolha do tema; a pergunta deve ser condizente com uma parte demarcada desse assunto, que será o objetivo do estudo. Em outras palavras, o pesquisador deverá primeiramente definir seu tema de pesquisa e, para isso, é preciso “partir do assunto geral, o qual deverá ser desmembrado em tópicos específicos, em partes e, então, escolherá uma ou duas dessas partes para elaborar o protocolo de pesquisa” (Fontelles et.al. 2009, p. 3).

Assim sendo, este trabalho será realizado a partir do desmembramento do tema em três tópicos, que serão elaborados por meio de pesquisa bibliográfica. Gil (1987, p.44) define que esta é produzida baseando-se em materiais já publicados, sobretudo, livros e artigos científicos. Para este trabalho serão utilizados artigos, teses e livros selecionados criteriosamente com base no tema e tópicos a eles relacionados. Segundo Souza, Oliveira e Alves (2021), não devemos produzir uma revisão bibliográfica que não irá agregar no progresso científico, mas sim buscar construir conhecimentos relevantes.

Por fim, selecionar bem as fontes é fundamental para a pesquisa bibliográfica e, para isso, é necessário fazer uma leitura crítica dos materiais encontrados, “de modo que o pesquisador assimile as partes da obra ou a obra por completo, que refletem no desenvolvimento do objeto problema a ser solucionado” (Souza; Oliveira; Alves, 2021, p. 73).

Alguns dos materiais que serão utilizados nesta pesquisa foram encontrados na plataforma Google Acadêmico⁷, mediante a busca de termos como “PEC das Domésticas”, “cobertura da PEC das Domésticas”, “discurso jornalístico”, “estereótipos no discurso jornalístico” e “trabalho doméstico”. Outros materiais foram selecionados com base em leituras feitas ao longo do curso.

Tópicos da revisão bibliográfica

A luta por direitos e o longo percurso até a aprovação da PEC das Domésticas

No ano de 2010, o deputado federal pelo estado do Mato Grosso Carlos Bezerra, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), elaborou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 478 que revogava o parágrafo único do Art. 7º da Constituição Brasileira de 1988, a fim de estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais⁸. A proposta já vinha sendo elaborada desde 2008⁹ no âmbito do Poder Executivo e ficou conhecida como PEC das Domésticas.

Em 4 de dezembro de 2012, o texto foi aprovado em segundo turno no Plenário na Câmara dos Deputados, com 347 votos a favor, 2 contra e 2 abstenções, ainda precisando passar por votação no Senado Federal¹⁰. Já no Senado, transformou-se na PEC n. 66/2012, tendo sido também aprovada. Em 2 de abril de 2013, a legislação foi promulgada como Emenda Constitucional n.72 (EC-72). Ampliaram-se assim os direitos dos trabalhadores domésticos, ao revogar

⁷ ⁵ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt> acesso em 15 abr. 2023.

⁸ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473496> Acesso em: 18 maio 2023.

⁹ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=755258&filename=Tramitacao-PEC%20478/2010 Acesso em 18 maio 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/391200-CAMARA-APROVA-PEC-DAS-DOMESTICAS-EM-SEGUNDO-TURNO> Acesso em: 18 maio 2023.

o parágrafo único do Art. 7º da Carta Magna, conforme previsto no projeto original. Em 2 de junho de 2015, a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei que regulamenta a PEC das Domésticas. Na prática, esse era o último passo para que pudesse valer todos os direitos previstos no Art. 7º, visto que mesmo com a promulgação em 2013, alguns itens como adicional noturno, seguro-desemprego, indenização em demissões sem justa causa e banco de horas ainda precisavam de regulamentação¹¹. Assim, a sanção de Dilma garantiu que esses demais direitos fossem aplicados.

Com a promulgação da emenda, passaram a vigorar, de maneira imediata, mais nove direitos aos empregados domésticos. Entre eles, estão a garantia de salário nunca inferior ao mínimo; a proteção do salário na forma da lei; a duração do trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; e a proibição da diferença salarial, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil (Brasil, 1988). No entanto, é preciso frisar que esses direitos já eram garantidos a todas as demais categorias trabalhistas, ou seja, os profissionais domésticos passaram a ter somente em 2013 os direitos que outras classes já tinham há muito tempo, o que demonstra que esse setor do trabalho sempre sofreu com a desvalorização.

No Brasil, o trabalho doméstico teve seu marco histórico no período colonial, “onde a atividade doméstica era entendida como trabalho escravo, realizado por mulheres, principalmente as negras” (Silva; Loreto; Bifano, 2017, p. 414). Na época da escravidão, as trabalhadoras domésticas - que eram mulheres negras escravizadas - moravam nas senzalas, mas trabalhavam dentro da Casa Grande. Com o tempo, esses dois ambientes se tornaram um só: o “quarto da empregada”, que mantém a relação com o trabalho escravo, pois conserva a subserviência do século XIX, impede que a trabalhadora controle seu horário de trabalho e descanso e a afasta de sua família (Santos, 2010, *apud* Silva; Loreto; Bifano, 2017). Dessa maneira, observa-se que, sendo fruto da escravidão negra no Brasil e delegado às mulheres, sobretudo, às negras, o trabalho doméstico desde os seus primórdios é atravessado por questões de raça, gênero e classe social.

¹¹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/dilma-assina-regulamentacao-dos-direitos-das-domesticas-diz-planalto.html> Acesso em: 4 jul. 2023

Sanches (2009, *apud* Silva; Loreto; Bifano, 2017) explica que esse tipo de atividade, remunerada ou não, é entendida como natural, reproduzindo a ideia de que a tarefa do cuidado sempre cabe às mulheres. Por isso, durante muito tempo nem sequer foi qualificado como trabalho, em razão de não gerar lucro e não visar o mercado, sendo assim considerado “invisível” — embora seja uma das principais e mais antigas ocupações femininas no mundo.

Silva, Loreto e Bifano (2017, p.426) ainda observam que o trabalho doméstico foi negligenciado juridicamente já no período do Brasil República, sendo apenas em 1916, por meio da Lei 3.071, do Código Civil daquele ano, que começaram a aparecer normas voltadas para as empregadas domésticas.

Foi na década de 1930 que as primeiras organizações profissionais de trabalhadoras domésticas colocaram pressão no Estado, frente à necessidade de regulamentar essa profissão. Em 1936 é fundada, em Santos (SP), a Associação das Empregadas Domésticas do Brasil, pela ativista e doméstica Laudelina de Campos Mello, sendo uma instituição pioneira que tinha “o objetivo de conquistar o status jurídico de sindicato, uma vez que estes poderiam negociar o reconhecimento jurídico da categoria e conquistar direitos trabalhistas” (Bernardino-Costa, 2015, p. 155).

Apenas em dezembro de 1972, com a aprovação da Lei n. 5.859, os trabalhadores domésticos passaram a ter alguns direitos assegurados, como os benefícios e serviços da Previdência Social, férias anuais com o adicional de um terço a mais que o salário normal e carteira de trabalho (Silva; Loreto; Bifano, 2017, p.428). Com a promulgação da Constituição de 1988, foi garantida outra série de direitos aos trabalhadores domésticos, como o salário-mínimo fixado em lei, a irredutibilidade do salário, o décimo terceiro salário, o repouso semanal remunerado e as férias anuais remuneradas (Brasil, 1988).

É certo que os avanços dos direitos dos profissionais domésticos é também fruto da luta dessas trabalhadoras. No entanto, como destaca Bernardino-Costa (2015, p.149), os avanços legais não resultam exclusivamente do ativismo das empregadas domésticas, mas também das alianças firmadas com diversos atores políticos nacionais e internacionais, como os movimentos negros, sindicais, feministas, agências internacionais, parlamentares etc. Porém, o autor também destaca que esquecer o ativismo dessas trabalhadoras seria como escrever uma história sem suas protagonistas.

Como dito acima, a PEC das Domésticas ampliou esses direitos. No entanto, o cumprimento deles ainda não ocorre de forma plena. Em primeiro lugar, um dos maiores problemas enfrentados no setor de trabalho doméstico é a informalidade. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que em 2022, apenas 24,7% das trabalhadoras domésticas no Brasil tinham a carteira assinada e somente 35,3% contribuíam com a Previdência Social.

Ademais, existe uma grande dificuldade de fiscalização no setor doméstico. Franco (2013, p.17) nos diz que não há condições de controle eficaz nesse ambiente de trabalho, visto que a casa é "asilo inviolável", conforme prevê a Constituição. Ainda sobre as dificuldades de fiscalização, o autor diz que

[...] a inviolabilidade da residência de uma família é consagrada internacionalmente e, pela Constituição, é um dos direitos fundamentais mais sagrados. Existem apenas três exceções: 1) autorização do proprietário do imóvel; 2) ocorrência de delito, desastre ou necessidade de prestação de socorro de emergência; 3) existência de ordem judicial autorizando a entrada. Não há outras. Consequência: impossível ser efetuada uma inspeção por parte de autoridades administrativas do Ministério do Trabalho e Emprego para fins de verificação do cumprimento desse preceito (Franco, 2013, p. 15).

Nesse sentido, o autor destaca a importância de controlar a jornada de trabalho e recomenda a adoção de folhas de ponto, de um livro de ponto ou instrumento similar, podendo até mesmo ser um ponto eletrônico (Franco, 2013, p. 16). No entanto, isso não garante o cumprimento da lei. Franco (2013, p. 17) alerta que não é incomum que trabalhadores reclamem na Justiça alguma fraude na folha de ponto, como falsificação de assinatura ou feita em papel em branco. Ou seja, não há garantias de que, mesmo com controle, as jornadas sejam rigorosamente respeitadas.

Diante do exposto, podemos afirmar que a Emenda Constitucional n. 72 surge como uma medida — mesmo que tardia — para igualar os direitos dos trabalhadores domésticos aos das demais classes de trabalhadores, sendo fruto do ativismo de trabalhadoras domésticas em aliança a outros atores políticos, mas que ainda enfrenta vários desafios no seu cumprimento, tendo lidado, inclusive, com a reprovação de parte da população.

A estruturação do discurso jornalístico

Ao longo das últimas décadas, especialistas em comunicação - tais quais Patrick Charaudeau, Mauro Wolf, Gaye Tuchman e Nelson Traquina - se dedicaram a definir e explicar o que é, como se constitui e quais os efeitos do discurso midiático, sobretudo, o jornalístico. Este último pode ser definido, antes de tudo, como o relato de acontecimentos recentes que são produzidos como notícias, de modo a circular cotidianamente por meio de dispositivos informativos diversos (Marques, 2008).

Esse discurso é estruturado em torno da “busca de uma verdade absoluta, definitiva, de uma enunciação legítima, de uma narrativa fundada na veracidade, que por si só possa estabelecer o contrato de leitura entre o jornal e o leitor” (Marques, 2008, p.3). Contudo, nem todo fato é jornalístico e pode ser noticiado. Segundo Marques (2008), para que seja jornalístico, um fato precisa se transformar em um acontecimento, o que pode ocorrer a partir de três registros diferentes: pelo excesso, dado pelo funcionamento anormal das regras que regem o discurso jornalístico; pela falha, que configura a ausência dessas regras; e pela inversão, o mais comum no jornalismo, exemplificado pela ideia de que se um cão morde um homem, não é notícia, mas o contrário sim.

Um fato é notícia quando há critérios de noticiabilidade (ou valores-notícia), “tais como a singularidade, o interesse público, a relevância, a coerência, a atualidade, a universalidade, a verificabilidade, o grau de importância e a quantidade de pessoas que envolve, por exemplo” (Marques, 2008, p.5). Filiando-se à perspectiva da Análise do Discurso (AD), cunhada pela Escola Francesa, Schwaab e Zamin (2014, p.50) definem o discurso como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir um espaço de regularidades enunciativas” (Schwaab; Zamin, 2014, p. 50).

Para os autores, essas regularidades são elaboradas por um agrupamento de regras definidas no espaço e no tempo, sob influência do contexto histórico e que, quando aplicadas ao jornalismo, provém da ideia do fazer jornalístico como um sistema que funciona com técnicas próprias que não são despregadas da realidade social (Schwaab, Zamin, 2014).

Schwaab e Zamin (2014, p.51) ainda dizem que no processo de produção de uma notícia, o jornalista cria relações com as fontes, a sociedade de modo geral,

seus colegas, entre outros atores. Assim, para exercer sua função, o profissional usa “técnicas, gêneros, formatos e processos de edição por meio dos quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos, amparado sempre pelo capital simbólico do próprio campo, a credibilidade” (Schwaab; Zamin, 2014, p.51).

Ou seja, o jornalista exerce também a função de selecionar, recortar e enfatizar um acontecimento de acordo com determinados critérios. Marques (2008, p.5) diz que a veracidade total de um fato se torna a verdade relativa de um acontecimento com base na versão jornalística circunstanciada pelo momento e contada pelo jornalista, que faz uma mediação entre o acontecimento e a realidade ao trazer críticas, explicações e comentários, além de parafrasear, exceder e afirmar a informação.

Mas afinal, o que seria a verdade no jornalismo? Para Marques (2008, p.3) a verdade na perspectiva jornalística é a objetividade. No entanto, esse conceito é frequentemente contestado, sendo também um objeto de estudo e debate. Oliveira (2005, p.5) explica que o jornalismo que conhecemos provém do *lead* americano, que responde a cinco perguntas: o quê, quem, quando, como e por quê. Esse modelo evoca o conceito de objetividade, que para a autora não pode ser alcançado plenamente devido à própria estrutura do jornalismo. “Estabelecer um padrão de linguagem que atenda requisitos como o da objetividade e da imparcialidade jornalísticas, enquadrando a notícia num tempo audiovisual ou num espaço impresso em páginas, por si só é uma atitude subjetiva” (Oliveira, 2005, p.5).

Tuchman (2016, p.111) sugere que a objetividade é vista como um ritual estratégico para proteger os jornalistas das possíveis críticas e dos riscos de processo. Assim, os jornalistas a usam como um manto protetor, com estratégias que os permitem alegar que são objetivos. Uma estratégia comumente utilizada é a apresentação de possibilidades conflituais, onde, como explica Tuchman (2016, p. 116), o jornalista ouve o “lado A”, e o “lado B” e ao ouvir “os dois lados”, alega estar sendo objetivo. Para a autora, essa técnica é problemática, visto que um fato possui mais que dois lados e outras fontes podem surgir para rebater as versões já postas e, assim, criar um emaranhado de pretensões de verdades impossíveis de serem verificadas.

Outra estratégia, segundo Tuchman (2016, p. 120) é o uso judicioso das aspas, onde os jornalistas usam as falas de outras pessoas como provas

complementares e como forma de se retirarem da notícia, fazendo com que os outros falem o que ele próprio pensa. Ou seja, com essa técnica, o jornalista consegue inserir sua opinião na notícia e como nos lembra Charaudeau “a opinião não enuncia uma verdade sobre o mundo, ela remete ao sujeito” (2010, p. 122).

Tendo em mente que o discurso jornalístico se estrutura na busca pela verdade e que esta se refere a objetividade, conceito controverso e questionável, há de se pensar sobre os efeitos que esse discurso pode promover. Charaudeau (2010, p. 114) explica que a comunicação midiática se dá em dois processos: o de transformação e o de transação, em que o "mundo a descrever" é onde se encontra o "acontecimento bruto" e o processo de transformação consiste em modificá-lo do estado bruto (mas já interpretado) ao estado de mundo midiático construído (notícia). Segundo o autor, o contrato de comunicação midiático gera um espaço público de informação, que resulta na opinião pública, que por sua vez, se relaciona com a instância de produção e instância de recepção (Charaudeau, 2010, p.124).

Charaudeau (2010, p.124) explica que a relação entre essas duas instâncias é sem troca, visto que a informação é dada, exposta como em um museu, e o público a recebe e interpreta à sua maneira, e que por mais que as mídias usem recursos interativos, não há diálogo. O autor ainda nos diz que, apesar de unilateral, essa relação não resulta em hierarquia e que as mídias não podem produzir discursos de poder, mas que podem influenciar no fazer sentir, pensar, saber, etc. (Charaudeau, 2010, p.124).

Cohen (1963, *apud* Wolf, 1985) diz que a imprensa não consegue, na maioria das vezes, dizer para o público como pensar, mas possui uma grande capacidade de dizer sobre quais temas esse público deve pensar sobre. Essa ideia provém da chamada hipótese do agendamento, ou *agenda-setting*, que defende que os meios de comunicação em massa são eficientes em construir a imagem da realidade que o sujeito estrutura (Wolf, 1985, p.66).

Wolf (1985, p.67) diz que o nível de influência dos meios de comunicação sobre aquilo que é importante varia de acordo com os temas abordados. Além disso, quanto menor o nível de experiência direta que os indivíduos têm sobre determinado tema, mais essa experiência dependerá dos meios de comunicação de massa, para que tenham informações e quadros interpretativos (Zucker, 1978, *apud* Wolf, 1985). Assim sendo, se um indivíduo não tem vivência própria sobre um assunto, seu conhecimento sobre ele dependerá das mídias, ficando sujeito aos

recortes e enfoques dados por elas, que pode ter um viés favorável ou contrário, ou até mesmo estereotipado, como será apresentado no terceiro e último tópico deste trabalho.

Os discursos jornalísticos na cobertura da PEC das Domésticas

Como visto anteriormente, os discursos produzidos pelo jornalismo estão sujeitos às subjetividades dos profissionais de comunicação envolvidos, podendo reproduzir suas próprias opiniões e interpretações. Assim, entende-se que, a depender das concepções desses profissionais e da linha editorial de seus veículos, o discurso jornalístico pode surgir carregado de ideias estereotipadas e que contribuem para a manutenção de desigualdades sociais, como apresenta Biroli (2011) em seus estudos sobre reprodução de estereótipos e exercícios de poder no jornalismo.

Biroli (2011) aponta duas perspectivas sobre como as mídias se relacionam com esse tópico: na primeira, se os meios de comunicação oferecem um espaço comunicativo rico, com diversidade de informações e visões de mundo, estes poderiam ser ferramentas para a superação de conceitos pré estabelecidos sobre determinados grupos sociais. Contudo, a segunda hipótese trabalha com a ideia de que, sendo os meios de comunicação instrumentos de uma ordem social não igualitária, que reproduz informações e concepções que atestam os pontos de vista dos grupos dominantes, estes poderiam, então, propagar estereótipos. Nesse sentido, ao invés de auxiliar no combate às discriminações, a mídia atuaria como uma mantenedora e difusora desses preconceitos.

Segundo a autora, um dos aspectos que tornaria a mídia uma disseminadora de discursos estereotipados e de dominação é “a propagação de representações unilaterais e homogêneas da realidade, apresentadas como sendo a própria realidade ou o que importa dela” (Biroli, 2011, p.73). Como exemplo dessa visão, Biroli (2011) cita a crítica feminista sobre as representações de gênero na mídia, explicando que “isso se dá, sobretudo, quando as análises enfocam a naturalização do pertencimento da mulher à esfera privada e dos arranjos familiares que o justificam e reforçam” (Biroli, 2011, p.74).

O trabalho doméstico, como mostrado no início dessa pesquisa, sempre foi visto historicamente como algo natural para as mulheres. Esse estereótipo de

gênero, fruto da divisão sexual do trabalho, seguiu sendo disseminado pelas grandes mídias, assim como discursos que estereotipam outros grupos socialmente desfavorecidos. Biroli (2011, p.82) salienta que os recursos para circulação, posicionamento e atribuição de peso social para os discursos não estão disponíveis de forma igualitária para ricos e pobres, homens e mulheres, negros e brancos. Ela ainda destaca que alguns grupos - ou seus segmentos - “detêm os meios para divulgar ampla e positivamente seus valores e marcar negativamente outros grupos ou coibir a propagação de outros valores” (Biroli, 2011, p.82).

No mesmo sentido, Paludetto (2017) explica que nesse espaço assimétrico e desigual, a mídia ocupa um local de privilégios na criação e disseminação de “verdades”. Entre os anos de 2013 e 2015, períodos que marcaram a promulgação e regulamentação da PEC das Domésticas, muitas matérias e reportagens abordaram o trabalho doméstico. Todavia, sabendo que o jornalismo pode reproduzir estereótipos que contribuem para a marginalização de determinados grupos e que o trabalho doméstico é marcado pela desvalorização e por discriminações inerentes aos marcadores sociais que o atravessam, é importante entender quais os discursos produzidos nessa cobertura.

Utilizando-se do conceito da Análise do Discurso (AD), que considera os aspectos sócio-históricos e culturais na formação discursiva, Paludetto (2017) explica que os grandes conglomerados midiáticos se valem de uma ideologia conservadora em defesa do capitalismo mundial, produzindo discursos que preservam a opressão contra a classe trabalhadora em geral, mas especificamente, contra a doméstica. Ainda segundo Paludetto (2017) essa ideologia se materializa na forma de enunciados. Em seus estudos sobre a cobertura do trabalho doméstico no jornalismo brasileiro, a autora analisou matérias publicadas em veículos como *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *a Folha de S. Paulo* e *a Revista Isto É*.

Além da Análise do Discurso (AD), Paludetto (2017) utilizou o conceito de retórica reacionária, também chamado de retórica da intransigência, elaborado por Marc Angenot e Albert Hirschman, para analisar os enunciados dessas matérias. A autora aponta três elementos argumentativos desse conceito: o efeito da inocuidade (ou futilidade); o efeito de perigo (ou ameaça); e o da perversidade.

Hirschman (1992, *apud* Paludetto, 2017) pontua que na tese da perversidade, os discursos reacionários alegam que qualquer ação intencional para melhoria de um aspecto econômico, social ou político apenas serviria para estimular a situação

que pretende corrigir; a tese da futilidade argumenta que as tentativas de mudança social são ineficazes e que não deixarão sua marca; por sua vez, a tese da ameaça trabalha com a ideia de que os custos da mudança são muito altos, colocando em risco outra conquista anterior.

Essas teses operam, segundo Hirschman (1992, *apud* Paludetto, 2017) do seguinte modo: em relação a tese da perversidade, seria pouco provável que os reacionários atacassem abertamente um objetivo de valor positivo e progressista, pois seria mal visto pela opinião pública, por isso, o apoiam, mas depois demonstram que a proposta foi mal concebida. Já a tese da futilidade, que exprime maior vigor, é mais fria, usando do argumento de que qualquer suposta mudança é apenas ilusória, usada como fachada, mas que as estruturas se manterão iguais. Segundo Paludetto (2017) essa tese é a arma mais importante dos reacionários. A tese da ameaça, por sua vez, alega que as mudanças trarão graves consequências e custos inconcebíveis. Paludetto (2017) ainda explica que nesta tese, os reacionários se vestem de uma roupagem progressista, defendendo que uma primeira mudança - mais antiga e conquistada com muita luta - estará em risco com uma nova.

Entretanto, Angenot (2012, *apud* Paludetto, 2017) inclui uma quarta tese: a inclinação fatal. Nela, o sujeito do discurso argumenta com o interlocutor, alegando que este não tem consciência das consequências das mudanças que defende. De acordo com Paludetto (2017), esse é o caso das tentativas de se fazer pensar se o indivíduo favorável à equiparação dos direitos dos trabalhadores domésticos tem total noção das consequências dessa medida e se a sociedade quer mesmo lidar com elas.

Em 8 de maio de 2015, a *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria, na editoria de “mercado”, com o seguinte enunciado: *Para especialistas, demissão por justa causa de domésticos pode crescer*. Segundo Paludetto (2017), é possível identificar nessa matéria elementos da retórica reacionária baseada no efeito perverso. Seu conteúdo aborda a criação de um fundo de 3, 2% do salário do trabalhador a ser depositado mensalmente para eventual pagamento de multa em caso de demissão sem justa causa. Ao sugerir que tal medida - benéfica para os trabalhadores - poderia ocasionar alta nas demissões por justa causa - visto que os patrões dariam um jeito para não ter que pagar a multa - a matéria aponta que essa estratégia positiva, teria na verdade, um efeito contrário.

Conforme analisa Paludetto (2017), o discurso reacionário vai além de contestar as medidas progressistas, instituindo, também, evidências. Em 28 de março de 2013, a revista *Isto É* publicou uma matéria com o título: *A bomba-relógio do trabalho doméstico*. A autora ainda chama a atenção para a linha fina, que dizia: “A PEC aprovada no Congresso corrige injustiça histórica, mas equipara cidadãos a corporações ao onerar o trabalhador. É preciso reduzir os encargos para não ampliar a informalidade e provocar demissões”.

Segundo Paludetto (2017), a expressão “bomba-relógio” utiliza a dramatização e o espetáculo para produzir um discurso de alerta, pois o uso figurativo do termo - que se refere a um artefato explosivo - dá a entender que a medida causará um acontecimento potencialmente perigoso. A autora classifica essa matéria na tese da perversidade, pois incita a ideia de que, caso não sejam reduzidos os encargos, acarretará no aumento da informalidade e das demissões.

Cal, Esteves e Nery (2018) analisaram 111 matérias veiculadas na versão digital da *Folha de S. Paulo* sobre o trabalho doméstico entre os anos de 2013 e 2016. Como resultado, os autores apontaram que 43,7% das matérias eram de notícias, sem maior aprofundamento no tema. Apenas 10,8% eram reportagens mais completas. 93,7% dessas matérias foram publicadas na editoria de economia. Para Cal, Esteves e Nery (2018), esse enquadramento explicita o posicionamento do veículo, pois foca nas repercussões das leis no país, porém, especificamente, das perspectivas dos patrões.

Os autores também chamam a atenção para as fontes consultadas nessas coberturas. 30,4% das fontes eram representantes do poder executivo; 16,9% especialistas; 14,9% eram representantes do poder legislativo; 14,2% eram organizações empresariais; empregadores eram 6,1%; e as trabalhadoras ouvidas foram 4,1% do total de fontes. Em 75, 5% das matérias, o trabalho doméstico foi abordado como uma atividade feminina. Outra constatação feita por Cal, Esteves e Nery (2018) é que das matérias específicas sobre a PEC das Domésticas, 65,5% trouxeram abordagens negativas, tais como: problemas de logística para os empregadores; prejuízo para a relação entre patrões e empregadas; problemas financeiros para os patrões; e intervenção exacerbada do Estado.

Como conclusão, Cal, Esteves e Nery (2018) apontaram que além da ausência das trabalhadoras como fonte, do reforço do estereótipo de gênero que atribui o trabalho doméstico às mulheres e da abordagem que privilegiava os pontos

de vista da classe patronal, a cobertura da *Folha de S. Paulo* ainda apagava o histórico de luta das trabalhadoras domésticas, visto que “em boa parte das matérias da Folha, os direitos são colocados como uma concessão, como algo que as trabalhadoras domésticas ganharam, ao invés de serem considerados uma conquista” (Cal; Esteves; Nery; 2018).

Desse modo, verifica-se que, durante a cobertura da PEC das Domésticas nos veículos de maior circulação, houve ênfase nas possíveis consequências negativas, na reprodução de estereótipos de gênero e o apagamento das próprias trabalhadoras, colocadas como coadjuvantes em uma temática que, desde a luta por direitos até o cumprimento destes, as tem como protagonistas.

Considerações finais

Esta pesquisa se iniciou com o propósito de analisar os discursos que foram produzidos pelo jornalismo na cobertura da PEC das Domésticas e, assim, compreender as formas como a grande mídia aborda o trabalho doméstico remunerado no Brasil. Com base nos três tópicos apresentados, constata-se que essa esfera laboral enfrentou - e ainda enfrenta - não apenas uma invisibilidade jurídica, como apontado por Silva, Loreto e Bifano (2017), mas também uma invisibilidade midiática. Durante todo o período entre a promulgação e a regulamentação da PEC das Domésticas, muitos veículos jornalísticos tradicionais abordaram essa pauta com um viés negativo e posicionando-se a favor da classe patronal, apontando as consequências desfavoráveis da PEC, questionando sua eficácia e contribuindo para o apagamento social das trabalhadoras.

Ao longo da produção dessa pesquisa, foi possível notar alguns aspectos que merecem destaque. Em primeiro lugar, é importante frisar que a PEC das Domésticas, diferentemente do que alguns veículos sugeriram, como mostrado nos estudos de Cal, Esteves e Nery (2018), não foi uma concessão às trabalhadoras. Como apontou Bernardino-Costa (2015), a promulgação e regulamentação da lei que igualou os direitos dos profissionais domésticos às demais categorias trabalhistas foi uma conquista advinda da luta das trabalhadoras em conjunto com outros atores sociais, como os movimentos negros, feministas e sindicais.

Outro ponto de destaque, essencial para a constatação e compreensão acerca dos discursos produzidos na cobertura da PEC, é o fato de que a construção do discurso jornalístico pode ser - e de fato, é - influenciada pelas subjetividades dos profissionais de comunicação, que como explicado por Marques (2008), atuam na mediação entre o acontecimento e a realidade, incorporando seus próprios comentários, críticas e interpretações. Ainda retomando as ideias de Marques (2008), o discurso jornalístico se constitui pela busca da verdade, representada pelo conceito da objetividade. Contudo, esse conceito é questionável, visto que as estratégias utilizadas pelos jornalistas para que aleguem estarem sendo objetivos, são ineficazes e, muitas vezes, usadas apenas como uma forma de proteção, como apontou Tuchman (2016).

O terceiro aspecto que merece atenção, é o posicionamento ideológico da grande mídia. Conforme nos apresentou Paludetto (2017), esses veículos propagam uma ideologia reacionária em prol do sistema capitalista. Em outras palavras, como a própria autora constatou em seus estudos, esses veículos se posicionam de modo contrário à classe trabalhadora como um todo, mas no caso do trabalho doméstico, essa situação é ainda mais notória, visto que esse setor enfrenta múltiplos desafios, incluindo a discriminação social, por ser visto como um trabalho subalterno e que não gera lucro para o mercado.

Nesse sentido, seria interessante se pudéssemos nos aprofundar nas questões de classe social. O intuito seria compreender os locais onde estão inseridos os produtores do discurso jornalístico - redatores, editores, repórteres - e seus interlocutores - leitores e telespectadores - e de que forma isso poderia influenciar na construção dos discursos. Se houvesse uma confirmação de que os consumidores desses veículos e os profissionais que ali trabalham pertencem à mesma classe social, poderíamos também questionar se esses jornalistas não apenas estão defendendo os interesses dos empregadores por tê-los como seu público e por atuar em favor da lógica capitalista, mas também por compartilharem dos mesmos interesses. Essa lógica nos levaria aos seguintes questionamentos: esses jornalistas empregam domésticas em suas casas? Seriam eles também representantes da classe empregadora? Estariam defendendo os interesses patronais por também serem eles patrões?

Como vimos através dos estudos de Biroli (2011), os meios de circulação dos discursos são desiguais para ricos e pobres, negros e brancos, homens e mulheres.

Deste modo, a mídia seria um instrumento de propagação dos pontos de vista dos grupos dominantes, atuando como mantenedora das desigualdades sociais ao reproduzir discursos que estereotipam, invalidam e desqualificam os grupos desfavorecidos.

Conforme visto no primeiro tópico, o trabalho doméstico em nosso país está intrinsecamente ligado à escravidão negra, que durou 388 anos e deixou profundas mazelas sociais até os dias de hoje. Também sendo vistas como uma obrigação feminina, as atividades domésticas não eram sequer consideradas trabalho, o que manteve esse setor laboral longe de usufruir dos mesmos direitos dos demais trabalhadores.

A precarização, desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico se dá, principalmente, em razão dos atravessamentos de marcadores de raça, gênero e classe social, por ser historicamente um setor composto em sua maioria por mulheres negras pertencentes às classes mais baixas. Desse modo, as trabalhadoras que atuam na área estão sujeitas às discriminações e violências intrínsecas a esses marcadores, como o racismo, o sexismo e o classismo. Suas vozes e pautas são silenciadas não apenas dentro das casas de seus empregadores, mas também nas mídias tradicionais, que insistem em colocá-las como coadjuvantes, excluindo-as parcial ou totalmente de suas matérias e reportagens, como destacado por Cal, Esteves e Nery (2018).

Apesar de ser um grande avanço para o setor, a promulgação e regulamentação da PEC das Domésticas segue não garantindo que esses profissionais sejam tratados com dignidade e tenham todos os seus direitos plenamente respeitados. Isso porque o alto índice de informalidade e as dificuldades de fiscalização deste trabalho, como mencionado por Franco (2013) contribuem significativamente para que as leis existentes sejam descumpridas.

Além desses fatores, soma-se o descontentamento dos empregadores em relação à aprovação da PEC. Entretanto, é válido também questionar se a abordagem das mídias poderia contribuir para a precarização dessa classe trabalhista. Como observado nas pesquisas e análises de Paludetto (2017) e Cal, Esteves e Nery (2018), os veículos de grande circulação adotaram discursos negativos sobre a nova lei. Assim, podemos nos questionar se, ao apontar apenas os aspectos desfavoráveis e os possíveis impactos negativos da PEC, esses veículos não estariam ajudando a fomentar a ideia de que fornecer plenos direitos

aos profissionais domésticos seria algo, de certo modo, prejudicial e, portanto, inviável.

Em suma, podemos concluir que os discursos produzidos pelo jornalismo durante a cobertura da PEC das Domésticas favoreceu o setor patronal, dando ênfase às suas preocupações e interesses; excluiu de modo parcial ou total as trabalhadoras domésticas e delegou a elas um papel coadjuvante em uma pauta da qual deveriam ser vistas como protagonistas; propagou estereótipos de gênero; e tratou a mudança legislativa como algo negativo e com consequências danosas. Por fim, também concluímos que o trabalho doméstico foi e ainda é um dos setores mais vulneráveis à precarização e que a PEC das Domésticas surgiu como uma medida reparatória, fruto do ativismo de diversas frentes sociais e que ainda enfrenta obstáculos diversos em seu cumprimento, incluindo, o discurso reacionário das mídias tradicionais.

Referências bibliográficas

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n.1, p. 147-163, jan.-abr. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/tjznDrswW4TprwsKy8gHzLQ/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 17 maio 2023.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, jul.-dez. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/ZfDzKkxRqhx5J9xRqzsbhF/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em:

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05:1988> Acesso

em: 18 maio 2023.

CAL, Danila; ESTEVES, Lorena; NERY, Erick Matheus. Jornalismo, gênero e desigualdades: análise das notícias sobre a ampliação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil e na Argentina. In: AGUIAR, Leonel; DA SILVA, Marcos Paulo; MARTINEZ, Monica (Orgs). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo; Life Editora. Disponível em: <https://tinyurl.com/bddfcmh> Acesso em: 8 out. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto. 2006.

FONTELLES, Mauro José et. al. **Metodologia da pesquisa científica**: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Belém, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3049277/mod_resource/content/1/DIRETRIZES%20PARA%20A%20ELABORA%C3%87%C3%83O%20DE%20UM%20PROJ%20PESQUISA.pdf Acesso em 17 maio 2023.

FRANCO, Georgenor de Souza. A Emenda Constitucional N. 72/2013 e o Futuro do Trabalho Doméstico. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná**. Curitiba, abr. 2013. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/96986/2013_franco_filho_georgenor_ec72_futuro.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 17 maio 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARQUES, Ester. **Estruturas do discurso jornalístico**. In: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, São Luis, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/r12-0528-1.pdf> Acesso em: 10 set. 2023.

OLIVEIRA, Maria de Fátima Costa de. **O discurso e a construção do ethos jornalístico**. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/79344672008842016416472058529146031256.pdf> Acesso em 9 set. 2023.

PALUDETTO, Diane Heire Silva. **Discursos da mídia sobre a legislação do trabalho doméstico no Brasil**. 380 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9354/TeseDHSP.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 8 out. 2023.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. **Revista Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 13, n. 01, p. 49-62, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/5587/1/ARTIGO_DiscursoJornal%C3%ADsticoNo%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, Deide Fátima da; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v.17, n.32, p. 409-438, jan.-jun. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Amelia-Bifano/publication/318436614_Ensaio_da_historia_do_trabalho_domestico_no_Brasil_um_trabalho_invisivel/links/5e148a37299bf10bc397a7f7/Ensaio-da-historia-do-trabalho-domestico-no-Brasil-um-trabalho-invisivel.pdf Acesso em: 18 maio 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.). **Métodos de**

Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213838/000728731.pdf?> Acesso em 18 maio 2023.

TRABALHO Doméstico. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**, São Paulo, abr. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html> Acesso em: 19 maio 2023.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

RENATA GERMANO DE AZEVEDO

**RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA
ANÁLISE DOS SENTIDOS PRESENTES NA IMAGEM DE UMA BABÁ NEGRA NA
MANIFESTAÇÃO CONTRA O GOVERNO DILMA EM 2016**

CAMPINAS

2023

Renata Germano de Azevedo

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**ANÁLISE DOS SENTIDOS PRESENTES NA IMAGEM
DE UMA BABÁ NEGRA NA MANIFESTAÇÃO
CONTRA O GOVERNO DILMA EM 2016**

Relatório individual de pesquisa apresentado à disciplina METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA AO JORNALISMO da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas como exigência parcial para aprovação na referida disciplina, sob orientação do Prof. Me. Carlos Gilberto Roldão

PUC-CAMPINAS

2023

Introdução

Durante o período de escravidão no Brasil, as mulheres negras foram submetidas a condições de vida precárias e desumanas. Segundo Arruda (2000), a influência desse período se faz ainda presente nos dias de hoje, já que, enquanto mulheres pretas são frequentemente associadas a atividades domésticas e de cuidados, as brancas são vistas como mais adequadas para funções administrativas e de liderança, gerando contraste entre as percepções sociais sobre mulheres de diferentes cores de pele.

Tal diferença é uma manifestação do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, que, ainda de acordo com Arruda (2000), é fruto da escravidão, que perpetua a ideia de que a mulher negra é inferior e submissa e, por isso, deve exercer funções que pedem menos anos de educação formal e seguir as ordens de um superior, branco.

Nota-se que o racismo e o sexismo são historicamente entrelaçados no Brasil, com a cor da pele e o gênero sendo usados para justificar a opressão e a exploração de mulheres trabalhadoras domésticas em diferentes contextos sociais. A mulher negra era e ainda é socialmente considerada como um objeto de utilidade para atender objetivos sociais e produtivos, e não como um ser humano com autonomia própria.

Culturalmente, a condição de amas-de-leite, mucamas e babás deixou marcas profundas na história familiar da sociedade brasileira. Na atualidade, os resquícios do passado se refletem nas babás contemporâneas: em sua grande maioria mulheres pobres e predominantemente negras (Quintas, 2009, p. 35).

A repercussão, em março de 2016, de uma fotografia de uma babá negra que acompanhava os patrões em manifestação contra o governo Dilma Rousseff (2010-2016) reflete essa interseção de discriminação. A foto em questão gerou controvérsia nas redes sociais, já que muitas pessoas viram nela um reflexo do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, conforme relatado na publicação “Família de foto com a babá e as crianças nas manifestações rebate críticas”¹ (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2016).

Figura 1: fotografia de babá, em manifestação de 2016

¹ Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/familia-de-foto-com-a-baba-e-as-criancas-nas-manifestacoes-rebate-criticas.html>. Acesso em: 7 abr. 2023.



Fonte: Veja São Paulo² (Reprodução / Facebook)

A imagem da babá negra, em uniforme branco, carregando uma criança branca no carrinho, enquanto os patrões participavam de um protesto político, contra a presidenta da República de então, levantou questões sobre a invisibilidade das trabalhadoras domésticas e sobre como a cor da pele influencia a forma como elas são percebidas e tratadas na sociedade.

Conforme explicado por Cortes (2017), é possível observar na imagem como as posições sociais e discursivas das pessoas funcionam. Isso fica evidente no caso analisado, no qual os empregadores brancos, vestidos com roupas nas cores verde e amarelo, estavam a caminho dos protestos contra o governo da presidente Dilma Rousseff, e a babá negra estava usando uniforme branco e os acompanhava com as crianças. De acordo com Oliveira (2016), o uniforme desempenha um papel simbólico importante ao hierarquizar as relações, indicando claramente a pessoa que ocupa uma posição de autoridade e liderança, e aqueles que seguem suas orientações; aqueles que fornecem recursos financeiros e benefícios, e aqueles que os recebem; aqueles que possuem direitos e privilégios, e aqueles que carregam obrigações e deveres. No entanto, na interpretação da sociedade, a roupa usada pela babá na imagem define apenas sua posição social.

Além disso, Amaral (2018) argumenta que a fotografia rapidamente se tornou viral nas redes sociais devido à capacidade de ilustrar a persistente divisão de classes e a desigualdade racial que continua a exercer influência na distribuição de riqueza e poder

² Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/vice-do-flamengo-rebate-criticas-por-foto-em-manifestacao/>. Acesso em: 30 set. 2023.

na sociedade, bem como na subordinação de mulheres negras de baixa renda. A imagem, ainda para a autora, reflete como questões de classe e raça estão intrinsecamente interligadas, e como essas desigualdades se manifestam de maneira visível e ampla em contextos cotidianos, como nos protestos.

O cenário político em que a fotografia foi tirada é de antagonismo político entre direita e esquerda no Brasil. Como destacado por Figueiredo (2021), a polarização política entre direita e esquerda nunca desapareceu do país por completo, mesmo após o término da Guerra Fria, conflito político-ideológico entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), entre 1947 e 1991. Entretanto, a autora explica que durante um longo período de governos de centro-esquerda, como o governo de Lula de 2003 a 2011 e o governo de Dilma de 2011 a 2016, houve uma certa harmonização entre essas duas correntes ideológicas, com políticas que buscavam atender tanto a direita quanto a esquerda. Porém, com a constante disseminação de informações falsas através de redes sociais como Facebook, WhatsApp e o antigo Twitter – de acordo com Figueiredo (2021), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das fake news, que ocorreu em 2019 “indicou que bots foram usados no Twitter e no WhatsApp para divulgar e promover conteúdos positivos sobre Jair Bolsonaro e seus apoiadores” (Figueiredo, 2021, p. 282) – a preocupação com a disseminação de notícias falsas se tornou uma questão, juntamente à formação de opinião pública em relação aos acontecimentos políticos brasileiros.

Neste trabalho articularemos diferentes análises sobre a imagem, realizada por diversos autores, de modo a compreender como a hierarquia racial se manifesta e é legitimada em diferentes contextos sociais, incluindo a polarização política.

Analisaremos o *cenário de racismo estrutural no Brasil*, que terá como objetivo explicar as raízes da desigualdade racial na sociedade brasileira e como ela se manifesta em diferentes esferas do corpo social, como no mercado de trabalho. Também vamos debater a polarização e intolerância política instaladas no Brasil relacionadas ao jornalismo, com início no impeachment de Dilma Rousseff, que foi consequência, em parte, dos atos e manifestações contra o seu governo em 2016, momento da fotografia em questão. E, por último, desenvolveremos como a construção de sentidos na imagem no jornalismo envolve a articulação desses temas apresentados com memória histórica e a multiplicidade de interpretações realizadas pelo público.

O objetivo desta pesquisa é compreender, por meio de uma pesquisa bibliográfica, os sentidos presentes na imagem envolvendo uma babá negra que acompanhava os padrões em manifestação contra o governo Dilma, em 2016, em um cenário polarizado e de racismo estrutural.

Metodologia

De acordo com Gil (1987), autor do livro “Como elaborar projetos de pesquisa”, o objetivo da pesquisa é fornecer respostas aos problemas propostos, e o pesquisador deve usar métodos, técnicas e outros procedimentos científicos para responder à questão — que ele mesmo se coloca.

Para Gil (1987), a elaboração de projetos científicos deve ser clara e detalhada, embora não haja regras fixas para isso. É necessário que o responsável pela pesquisa siga uma série de etapas, incluindo a formulação do problema, como já dito, a construção de hipóteses, a identificação do tipo de pesquisa, a seleção da amostra, a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, a análise dos dados e a apresentação dos resultados.

Cada uma das etapas apresentadas compõem o processo da pesquisa. Inicialmente, é fundamental formular claramente o problema, delimitando o tema e estabelecendo uma pergunta específica que irá guiar a busca bibliográfica. Com base nessa formulação, o pesquisador pode construir hipóteses (suposições sobre a relação entre as variáveis envolvidas no estudo), que serão testadas e confirmadas ou refutadas na análise dos dados. Em seguida, é preciso identificar o tipo de pesquisa mais adequado, considerando os objetivos da investigação e os recursos disponíveis. O pesquisador também deve elaborar instrumentos de coleta de dados, como questionários ou entrevistas, que sejam validados e confiáveis para garantir a qualidade das informações obtidas. Após a coleta, a análise dos dados é realizada por meio de técnicas estatísticas, interpretação de conteúdo e categorização, que busca identificar padrões e relações relevantes para responder ao problema de pesquisa e testar as hipóteses formuladas. Por fim, os resultados são apresentados de forma clara, objetiva e embasados nas evidências obtidas na análise dos dados, por meio de relatórios, artigos científicos ou apresentações acadêmicas.

Como dito, o início da pesquisa se dá com um problema ou indagação, que se torna o objetivo geral. O problema deve ser objeto de verificação empírica, ou seja, comprovável por investigação científica, não partindo de julgamentos subjetivos ou morais. Em seguida, precisamos definir o método mais adequado para o desenvolvimento da investigação. Nesse caso, a resolução da questão que deu origem à presente pesquisa será por meio de uma revisão bibliográfica, que, conforme Severino (2007), é um estudo em que se trabalha a partir da contribuição de outros autores de textos lidos sobre o assunto escolhido pelo pesquisador. No caso desta pesquisa individual, a resposta para o problema não está nos produtos jornalísticos, mas nas teorias realizadas nos estudos sobre jornalismo.

Ainda de acordo com Gil (1987), as fontes bibliográficas podem ser classificadas em livros, impressos diversos e periódicos. Segundo o autor, a grande vantagem da pesquisa bibliográfica é a agilidade e amplitude com que o pesquisador pode cobrir acontecimentos, que são maiores do que as atingidas somente com a observação direta. Ele ainda enfatiza que essa vantagem é particularmente importante quando a pesquisa requer dados geograficamente dispersos. Já o artigo "A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento" de Pizzani et al., publicado em 2012, adiciona os sites da internet como fontes bibliográficas confiáveis além de livros, artigos e periódicos.

Por isso, foi utilizada a internet como um meio para encontrar referências bibliográficas. As pesquisas foram realizadas na base de dados do Google Acadêmico, pesquisando por palavras-chave como "representação da babá", "polarização política e jornalismo", "racismo estrutural", "escravidão e babás" e "sentidos na imagem". Além de selecionar os textos, buscamos referências neles e incluímos, na base bibliográfica, os artigos que se relacionam mais diretamente ao tema explorado nesta pesquisa.

Tópicos da revisão bibliográfica

Racismo estrutural: origens culturais étnicas e econômicas

De acordo com Bersani (2018), o racismo estrutural é um sistema de opressão que transcende as instituições e perpassa todas as esferas da sociedade. Ele é resultado da formação social brasileira, que foi marcada pelo escravismo colonial, sustentáculo do

sistema de exploração da região. Assim, o homem ou mulher escravizada era o elemento central da economia colonial.

O viés econômico presente no racismo estrutural é explicado por Bersani (2018), através da referência à Gorender (1978). A tese de Gorender argumenta que a sociedade brasileira é profundamente enraizada no sistema escravista colonial. Portanto, de acordo com o autor, o racismo está profundamente enraizado na análise das categorias de modo de produção e formação social – o modo de produção representa a continuidade das relações de produção e das forças produtivas. O racismo estrutural é, em grande parte, um produto da longa duração e das complexas determinações do escravismo colonial no Brasil, no qual os escravizados eram tratados como propriedades e um “bem objetivo”, ou seja, um bem material (Bersani, 2018).

O racismo se constrói, além da perspectiva econômica, com base em outras questões culturais e históricas, e até a etnia, a identidade e a diferença cultural. De acordo com Munanga (2010), uma etnia é caracterizada por um conjunto de indivíduos que compartilham um ancestral, um território geográfico, uma língua, uma história, uma religião e uma cultura. Porém, para o pesquisador, é importante observar que, em algumas ocasiões, os membros dessas etnias podem desenvolver preconceitos, manifestando uma tendência em valorizar sua própria cultura, visão de mundo, religião, entre outros aspectos, enquanto menosprezam as características das outras etnias, considerando-as inferiores. Esse fenômeno é conhecido como etnicismo e está na base do tribalismo, sendo um dos principais fatores do nepotismo africano e do racismo no Brasil.

Para Bersani (2018), o racismo não se limita à consciência, pois edifica o imaginário social. Ou seja, essa estrutura existe não somente nas instituições, mas também na estruturação da sociedade, e é usada para manter, reproduzir e reconstruir desigualdades e privilégios. Isso demonstra que o racismo é um mecanismo que serve para prolongar o atual estado de exclusão social e preconceito.

O racismo estrutural corresponde a um sistema de opressão cuja ação transcende a mera formatação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado. Por corresponder a uma estrutura, é

fundamental destacar que o racismo não está apenas no plano da consciência – a estrutura é intrínseca ao inconsciente. Ele transcende o âmbito institucional, pois está na essência da sociedade e, assim, é apropriado para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, revelando-se como mecanismo colocado para perpetuar o atual estado das coisas. (Bersani, 2018, p. 193)

Munanga (2010) enfatiza que, atualmente, a concepção da raça não tem mais fundamentos biológicos, mas sim históricos, políticos e sociais. Segundo o autor, enquanto o racismo no final do século XIX e no início do século XX se baseava na suposta fundamentação científica da raça, que era uma tentativa de usar falsos argumentos da ciência para justificar a superioridade de certas etnias em relação a outras, hoje, ele se desvincula dessa variante biológica e se torna uma questão sociopolítica. Ou seja, a origem do problema não é na raça em si, mas sim nas representações atribuídas a essa palavra e nas ideologias decorrentes disso. Em outras palavras, o racismo hoje se reconstrói com base em outros fatores, notadamente culturais e históricos.

Munanga (2010) também argumenta que o racismo estrutural no contexto brasileiro é um fenômeno complexo e multifacetado, que apresenta dificuldades em sua identificação e decodificação. Segundo o autor, muitos brasileiros não reconhecem a existência do racismo no Brasil e essa atitude de negação é denominada "mito da democracia racial brasileira", uma crença arraigada na sociedade que propaga a ideia de igualdade racial e harmonia entre as diferentes raças no país.

No entanto, o autor explica que tal mito atua como uma barreira para o reconhecimento e enfrentamento do racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Para Munanga (2010), essa crença ilusória impede que brasileiros reconheçam as manifestações específicas do racismo e as consequências delas. Além disso, a negação do racismo dificulta a implementação de políticas e ações efetivas de combate à discriminação racial, a desigualdade econômica e à exclusão social.

Por isso, é incorreta a expressão “o preconceito contra negro no Brasil é um problema social e não racial”, pois todos os problemas da sociedade, incluído o preconceito racial, são problemas sociais. As pessoas querem dizer, está claro, que o preconceito racial no Brasil é provocado pela diferença de classe econômica e não pela crença na superioridade do branco e na inferioridade do negro.

(Munanga, 2010, p. 2-3)

Segundo Coelho (2021), há uma retórica institucionalizada e uma tradição autoritária que perpetuam uma política de exclusão no Estado, direcionada principalmente à população composta por indivíduos pobres e negros, e está diretamente relacionada ao cenário de racismo estrutural. O autor destaca que ele se manifesta em áreas como o sistema de justiça criminal, o acesso a oportunidades econômicas e educacionais e a representatividade política.

Esse sistema de exclusão está presente também no trabalho doméstico. De acordo com Quintas (2009), historicamente, esse tipo de ocupação tem sido associada à mão de obra de pessoas pretas e, muitas vezes, reflete a persistência das desigualdades raciais na sociedade e o legado do escravismo colonial brasileiro. Em outras palavras, a criação de uma estrutura social em que o trabalho doméstico é frequentemente desvalorizado reforça estereótipos e preconceitos raciais. Para a autora, as babás, que estão inseridas no trabalho doméstico, geralmente são mulheres negras que desempenham um papel vital no cuidado e na criação de crianças de famílias privilegiadas financeiramente.

Polarização política e jornalismo

Segundo Fuks e Marques (2022), a polarização política é um fenômeno complexo que tem sido extensivamente estudado, especialmente nos Estados Unidos, onde se origina a maioria das análises sobre o tema. Tal conceito refere-se ao aumento das diferenças ideológicas e emocionais entre grupos políticos ou partidos, resultando em uma divisão da sociedade em ideologias determinadas.

Fuks e Marques (2022) argumentam que nos Estados Unidos, a polarização político-ideológica é analisada pela avaliação do crescimento dos extremos entre os eleitores que se identificam com os partidos Republicano e Democrata. Além disso, para os autores a ideologia é considerada pelas posições dos indivíduos em relação a diferentes questões políticas, como tamanho do Estado, gasto militar, direitos das minorias e questões de gênero.

No entanto, os autores afirmam que a polarização política no Brasil é diferente devido ao sistema multipartidário e à frágil base social dos partidos, que seria a

instabilidade da conexão entre um partido político e o apoio que ele possui na sociedade. Fuks e Marques sugerem que identificar o petismo e o antipetismo, apoio e oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT), respectivamente, como as principais identidades políticas no país é uma abordagem que se aplica ao conceito de polarização no país, especialmente ao considerar o crescimento do antipetismo nos últimos anos.

Em relação à crescente polarização ideológica e partidária no Brasil, Miguel (2019) argumenta que ela começou com as manifestações de junho de 2013, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT), quando os brasileiros saíram às ruas em protesto contra questões como corrupção e os serviços públicos deficientes, além do aumento do preço das passagens de ônibus. Este autor explica que, em seguida, a eleição presidencial de 2014 aprofundou a polarização, com Dilma Rousseff e Aécio Neves (PSDB) em disputa acirrada e repleta de tensões políticas, dando início à construção de narrativas e notícias inverídicas sobre a candidata do PT. Mesmo sendo reeleita, o cenário político se tornou ainda mais turbulento com a preparação e execução do impeachment de Dilma em 2016. De acordo com Miguel (2019), a vitória de Jair Bolsonaro (PL) na eleição presidencial de 2018 representou uma mudança para a extrema-direita na política brasileira, com consolidação da polarização e introdução de uma nova dinâmica política no país.

Diante de tal cenário, ainda segundo o mesmo autor, Jair Bolsonaro, durante a campanha presidencial, usou estratégias que incluíram a disseminação de informações falsas por meio das mídias sociais, especialmente pelo WhatsApp e pelo YouTube, ao mesmo tempo em que evitou participar de debates políticos convencionais. De acordo com o autor, tais táticas resultaram na transformação de uma nova era política no Brasil, caracterizada pelo enfraquecimento do jornalismo profissional e pelo estabelecimento de uma conexão direta entre o líder político e apenas os eleitores dele. O autor explica que o fenômeno é semelhante ao que foi observado com Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, quando o líder político ignora apurações factuais e jornalísticas e discursos contrários, o que destaca uma tendência global de polarização e ceticismo em relação às instituições tradicionais da mídia.

Miguel (2019) também argumenta que há uma polarização política assimétrica no Brasil – enquanto a esquerda, representada principalmente pelo Partido dos

Trabalhadores, adotou uma abordagem conciliatória, que não busca desafiar o capitalismo e nem subverter as hierarquias sociais existentes, mas sim se concentra em reduzir as desigualdades mais evidentes e expandir as oportunidades para os desfavorecidos, a direita teve uma postura mais radical. Para o autor, a direita rejeitou o diálogo e adotou uma retórica combativa, como a oposição aos direitos trabalhistas, ao feminismo e ao Estado de bem-estar social, o qual garante políticas públicas que incluem serviços de saúde, educação, previdência social e distribuição de renda; além da oposição às questões de igualdade estabelecidas no pacto representado pela Constituição de 1988, o que leva à disseminação de fake news e a desconfiança em relação ao jornalismo. “Assimétrica ou não, a polarização leva à redução da possibilidade de debate entre grupos políticos concorrentes e, por isso, é um componente presente na definição de fake news” (Miguel, 2019, p. 47).

Nesse contexto, conforme Machado e Miskolci (2019), nas redes sociais, as interações entre interesses econômicos, tecnologia, mídia e política estão interligadas ao contexto de polarização política e fake news. Machado e Miskolci (2019) destacam como interesses econômicos se traduzem em interesses políticos no contexto digital, sendo que é necessário entender a convergência tecnológica, midiática e política como uma disseminação da cultura da popularidade, da comunicação rápida e da individualidade de opinião, que desempenham um papel na formação da opinião pública e no contexto político atual.

As análises de Machado e Miskolci (2019) destacam como a convergência tecnológica, midiática e política cria um ambiente propício para a influência das corporações e para a predominância da cultura da popularidade, que a comunicação instantânea e a busca por reconhecimento são os principais fatores. Além disso, de acordo com os autores, a ênfase na individualidade de opinião, embora promova a diversidade de perspectivas, também pode alimentar a fragmentação da sociedade em bolhas de informação.

As interpretações de uma imagem veiculada nas redes sociais ou na mídia estão ligadas ao contexto descrito por Jorge Machado e Richard Miskolci (2019). Para os autores, as redes sociais, como plataformas de comunicação digital, desempenham papel disseminação de informações, imagens e discursos políticos, que podem gerar

diferentes interpretações por cada usuário. A construção do cenário de polarização política, desde 2013, tem contribuído para a formação de consensos opinativos, sobretudo no contexto digital, em que imagens são interpretadas de acordo com as visões preexistentes dos usuários, o que reforça a polarização política e, em muitos casos, a disseminação de fake news por meio de informações visuais.

Construção de sentidos na imagem no jornalismo

A construção de sentidos na imagem no jornalismo desempenha um papel importante nas esferas política e social, especialmente quando se trata do impacto das fake news e, sobretudo, do jornalismo – a estabilidade e os valores democráticos de uma sociedade estão intrinsecamente ligados à política, como destacado por Bucci (2019). Relacionado à interpretação das notícias, segundo o autor, é essencial diferenciar as fake news da noção de Pós-Verdade, que, ao contrário da arte, filosofia e ciência, não busca criar sua própria verdade, mas sim distorcer a realidade de acordo com interesses particulares.

Nesse cenário, de acordo com Santaella (2020), as notícias são essencialmente registros, seja por meio de testemunhos pessoais ou expressões midiáticas, que capturam eventos que ocorrem na realidade. No entanto, a autora explica que essa captura não é apenas uma transcrição objetiva dos acontecimentos, mas sim um processo altamente seletivo. Para Santaella (2020), a notícia atua como um filtro que decide o que é digno de ser transformado em notícia e, portanto, merece ser registrado em forma de signos – entidades que representam um objeto a ser interpretado pelo interpretante (Santaella, 2007) – ou seja, ser comunicado ao público. Ainda de acordo com a autora, diante da quantidade de eventos que ocorrem constantemente no mundo, o jornalismo e os meios de comunicação desempenham um papel crítico ao escolher e destacar certos acontecimentos, aqueles que são considerados relevantes, interessantes ou significativos.

Assim, Santaella (2020) argumenta que a notícia não apenas informa, mas também molda a percepção da realidade ao direcionar a atenção do público para aspectos específicos do mundo, que está relacionado ao tema da construção de sentidos da imagem jornalística. Ainda de acordo com a autora, quando os veículos de

comunicação decidem o que tornar notícia e como apresentá-la, estão, na verdade, construindo uma narrativa que não apenas transmite informações, mas também influencia a forma como o público percebe e interpreta os acontecimentos. Tal seleção e apresentação seletiva de notícias podem realçar ou ocultar determinados aspectos da realidade, a fim de moldar a visão do público sobre questões políticas, sociais e culturais.

No contexto apresentado por Pereira (2002), é fundamental compreender a natureza intrínseca da linguagem jornalística. Essa natureza é caracterizada pelo fato de que a linguagem jornalística desempenha um papel ao assumir o lugar da realidade e apresentá-la ao público, tal função envolve uma condição de alteridade, que é a terceira dimensão essencial da linguagem jornalística. De acordo com Pereira (2022), a alteridade é evidenciada nas relações de parcialidade e referencialidade, uma vez que ambas pressupõem a existência de um "outro", ou seja, o objeto que está sendo comunicado por meio dos signos, que incluem imagens. Portanto, o jornalista, ao utilizar a linguagem jornalística, deve ter ciência de que a relação profissional com a realidade e, posteriormente, com o leitor, é mediada pela ação dos signos. Além disso, a autora explica que essa relação é influenciada pela parcialidade, referencialidade e alteridade presentes na linguagem jornalística. Esses elementos desempenham uma função na construção e transmissão de significados, algo que é relevante no contexto da busca pela exatidão e pela verdade no jornalismo, pois a compreensão dessas dimensões semióticas ajuda a elucidar como as notícias são moldadas e como a relação entre o jornalista, os signos e o público influencia a percepção da realidade pelos leitores (Pereira, 2002). Logo, a consciência e a compreensão desses aspectos são essenciais para uma prática jornalística responsável e precisa.

O jornalista deve estar ciente de que sua relação com a realidade e, posteriormente, com o leitor, é mediada pelos signos. Essa relação é influenciada pela parcialidade do signo e pela busca da exatidão, mas também pela referencialidade e pela alteridade, que estão sempre presentes na representação jornalística. (Pereira, 2002, p. 131)

A abordagem de Baldissera (2008), no artigo "Significação e comunicação na construção da imagem-conceito", explica a comunicação, logo, nesse cenário, o jornalismo, como um espaço para as relações e interações culturais. Para o autor, a comunicação é vista como um ambiente no qual diferentes culturas e identidades se

envolvem em processos e interações comunicacionais, que são caracterizados por construir, constantemente, significados e interpretações diferentes em relação ao mundo, o que gera uma disputa de interpretações entre o público.

Além disso, Baldissera (2008) disserta a natureza da significação, que envolve a articulação dos sentidos em um contexto específico, o qual é moldado por fatores psicológicos, históricos e socioculturais. Conforme o autor, a significação não é estática, ela se atualiza em relação a situações particulares de cada pessoa que interpreta o objeto.

Tal perspectiva reconhece a abertura, a pluralidade e a variabilidade inerentes à significação, o que implica nos significados poderem mudar ao longo do tempo e em diferentes contextos. Essa visão dinâmica da significação destaca como a comunicação desempenha um papel vital na criação e transformação de significados, influenciando a maneira como as pessoas compreendem o mundo ao seu redor e constroem a realidade e o pensamento da sociedade (Baldissera, 2008).

Vale observar que a significação contempla a articulação dos sentidos em uma dada contextura eco-psico-histórico-sócio-cultural; atualiza o sentido em relação a uma situação. Trata-se, pois, de algo aberto, plural e variável. (Baldissera, 2008, p. 195)

Baldissera (2008) ainda argumenta que há complexidade dos processos comunicacionais, conseqüentemente, do jornalismo também, uma vez que esses processos são uma manifestação da natureza dinâmica e multifacetada da comunicação, na qual diferentes elementos interagem e se influenciam mutuamente, o que gera uma multiplicidade de significados em relação à determinados eventos. Para o autor isso está entrelaçado em um diálogo contínuo e recorrente, no qual as tensões e interações constroem a compreensão e a construção de novas opiniões.

Considerações finais

Conclui-se que a presença de uma babá negra em uma manifestação contra o governo Dilma em 2016 nos leva a reflexões sobre os cenários de racismo estrutural e polarização política no Brasil e a construção de sentidos no jornalismo molda a opinião pública em relação às questões sociopolíticas do país.

A princípio, o racismo estrutural ainda persiste no Brasil. Como enfatizado por Bersani (2018), o racismo não se limita a meras questões de consciência, mas é intrínseco à sociedade e suas estruturas. As origens culturais, étnicas e econômicas desse fenômeno estão entrelaçadas na história do país, marcada pelo escravismo colonial e a fotografia que mostra a presença de uma babá negra na manifestação ressalta como tal sistema persiste, pois mulheres negras frequentemente são designadas a desempenhar papéis de cuidado em famílias mais privilegiadas social e financeiramente, como a família presente na fotografia analisada.

Como argumenta Figueredo (2021), a imagem em questão demonstra a dinâmica política e social do Brasil. A polarização entre a esquerda e a direita, que tem sido uma constante no cenário político desde 2014, destaca uma característica histórica na sociedade brasileira – a tensão entre valores coletivistas, preocupados com o bem-estar social, direitos trabalhistas e a proteção das minorias, como mulheres negras, contra valores associados à cultura de classe, privilégios, meritocracia e liberalismo econômico, como as defendidas nas manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Além disso, a foto põe em evidência a exploração e a precarização do trabalho, particularmente no setor doméstico, já que a babá presente na foto trabalha até aos domingos e, neste caso, até em uma manifestação.

A polarização política que marcou a manifestação contra o governo Dilma em 2016, conforme discutido por Fuks e Marques (2022), teve um impacto na sociedade brasileira, com o antipetismo em ascensão. Essa polarização afetou a maneira como o público interpreta eventos noticiados pelo jornalismo e veiculados na internet, incluindo a foto analisada. Enquanto para os manifestantes a favor do impeachment de Dilma a babá presente na manifestação com as crianças no carrinho de bebê é algo intrínseco e natural, para defensores dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, tal presença representa as desigualdades socioeconômicas, historicamente enraizadas pelo período escravocrata, e a exploração arraigada na sociedade brasileira. Portanto, as perspectivas políticas moldaram a forma como essa imagem foi percebida e discutida.

A disseminação de fake news e a desconfiança em relação ao jornalismo, conforme mencionado por Miguel (2019), agravaram a polarização e influenciaram a construção de sentidos em torno de eventos como esse, sobretudo quando vemos

manifestações a favor ou contra o Partido dos Trabalhadores (PT). Logo, a interpretação de uma imagem publicada em instituições tradicionais da mídia e em redes sociais tornou-se altamente ideológica, com cada indivíduo moldando a visão sobre postagens nas redes e imagens disseminadas de acordo com as próprias crenças políticas e sociais, o que justifica a repercussão da imagem, tanto em veículos jornalísticos, quanto nas redes sociais (como Facebook), analisada nesta pesquisa.

Também, a imagem levanta questões pertinentes em relação à invisibilidade das trabalhadoras domésticas e o impacto da cor da pele na forma como são percebidas e tratadas na sociedade. A realidade apresentada na foto reflete como as babás desempenham papel importante na vida das famílias, mas são relegadas a um segundo plano e frequentemente tratadas com desigualdade e discriminação – como demonstrado na fotografia, em que a babá está andando atrás dos patrões.

Assim, diante das questões que abordam o racismo estrutural, a polarização política e o papel do jornalismo na construção de significados, torna-se evidente a interconexão desses elementos na sociedade brasileira e na presença da babá na manifestação contra o governo Dilma. A persistência e a naturalização do racismo estrutural na sociedade são potencializadas pela polarização política, que se manifesta de maneira assimétrica no Brasil, com discursos radicais que se baseiam em ideologias extremas. Tal polarização, aliada à disseminação de fake news nas redes sociais, gera uma fragmentação da sociedade em bolhas de informação, dificultando o debate construtivo e o entendimento mútuo.

O jornalismo, no caso visto nesta pesquisa, desempenha um papel crucial na construção de sentidos e na formação da opinião pública, pois escolhe quais eventos merecem destaque e pode influenciar a maneira como o público percebe os eventos, principalmente os sociopolíticos.

Referências bibliográficas

AMARAL, Fernanda; OLIVEIRA, Ana C. D.; CAPITRANO, Emidio. O processo de afastamento de Dilma Rousseff visto pelas simbologias de gênero: de Janaína Paschoal - musa do impeachment - a Marcela Temer - musa do lar. In: **El desangramiento Latinoamericano: un panorama político contemporáneo sobre la reorganización y la reconfiguración del Estado Neoliberal**. 1 ed. Barranquilla, Colômbia: Corporación Universitaria Americana Sello editorial Coruniamericana. 2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Fernanda-Amaral-4/publication/327944933_El_desangramiento_Latinoamericano_un_panorama_politico_contemporaneo_sobre_la_reorganizacion_y_la_reconfiguracion_del_Estado_Neoliberal/links/5bae91b8a6fdccd3cb7b9ae2/El-desangramiento-Latinoamericano-un-panorama-politico-contemporaneo-sobre-la-reorganizacion-y-la-reconfiguracion-del-Estado-Neoliberal.pdf#page=346. Acesso em: 30 out. 2023.

ARRUDA, Angela. Representações das mulheres no imaginário brasileiro: da colonização ao surgimento da nação. **Caderno CRH**, Salvador, n. 33, p. 49-73, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18568/11943>. Acesso em: 5 out. 2023.

BALDISSERA, Rudimar. **Significação e comunicação na construção da imagem-conceito**. 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5397/2646>. Acesso em: 25 out. 2023.

BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 175-196, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025> . Acesso em: 7 ago. 2023.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?: cultura política, imprensa e bibliotecas públicas em tempos de fake news**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019. Acesso em: 26 out. 2023.

COELHO, Victor. Estado de exceção, estado de negação: encarceramento em massa no Brasil e a politização da barbárie. **Terra de Pretos**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 9–30, 2021. Disponível em: <http://cajapio.ufma.br/index.php/terradepretos/article/view/17080>. Acesso em: 13 ago. 2023.

CORTES, Gerenice. Memória em/na rede: o discurso escravocrata em imagens digitais de babás negras no Brasil. **Revista Recorte**, Três Corações, v. 14, n. 1. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/4035>. Acesso em: 6 out. 2023.

FIGUEIREDO, Carolina. Gente de bem protesta aos domingos: Uma análise de imagens postadas com a 'hashtag' #dia26euvoou. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** v. 14, no 1 Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/RvDzhcPgHWT8RFHkZrgjHfJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública** v. 28, n. 3, p. 560-593. Campinas. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/op/a/SCmKT44FzwmGMp6jtBZ3Dfk/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 3 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologias & Antropologias**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/q8zsjyJYW3Jf3DBFSzZJPBg/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb: Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**, São Paulo, n. 12, p. 1- 384, 2010.

OLIVEIRA, J. **O uniforme da babá**. In: Blog com Jota, 14/03/2016. Disponível em: <http://blogcomjota.blogspot.com.br/2016/03/o-uniforme-da-baba.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

PEREIRA, Mirna Feitoza. A exatidão no jornalismo à luz da condição semiótica da linguagem. **Galáxia**, n. 4, p. 139-150, 2002. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/1281>. Acesso em: 10 out. 2023.

QUINTAS, Georgia. Amas-de-leite e suas representações visuais: símbolos socioculturais e narrativos da vida privada do Nordeste patriarcal-escravocrata na imagem fotográfica. **RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 8. 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/QuintasArt.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2023.

SANTAELLA, Lucia. A semiótica das Fake News. **Verbum**, v. 9, n. 2, p. 9-25. Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/50522>. Acesso em: 9 out. 2023.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Mailson Fernandes Cabral de; AZEVEDO, Nadia Pereira da Silva Gonçalves de. Guerras culturais e formações imaginárias da polarização política brasileira: um estudo discursivo. **Revista Humanidades e Inovação**, Recife, v.5, n. 4, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/640>. Acesso em: 6 out. 2023.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

SOFIA PEREIRA FURTADO

**RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA
“BABÁS”, DE CONSUELO LINS, COMO
DOCUMENTÁRIO E SUA REPRESENTAÇÃO DE
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS**

CAMPINAS

2023

SOFIA PEREIRA FURTADO

**“BABÁS”, DE CONSUELO LINS, COMO
DOCUMENTÁRIO E SUA REPRESENTAÇÃO DE
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS**

Relatório individual de pesquisa apresentado à disciplina **METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA AO JORNALISMO** da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas como exigência parcial para aprovação na referida disciplina, sob orientação do Prof. Me. Carlos Gilberto Roldão

PUC-CAMPINAS

2023

Introdução

No documentário “Babás” (2010)¹, a professora da Escola de Comunicação da UFRJ Consuelo Lins², roteirista e diretora do filme, retrata a experiência com sua babá, por meio de uma narração em off da produtora Flavia Castro, que incorpora o alter ego de Lins. A produção também traz entrevistas com domésticas que narram algumas vivências de sua vida profissional, como relatos sobre a convivência com as famílias e com as crianças que estavam sob seus cuidados. Assim, trazendo ainda referências históricas, a produção, de aproximadamente 21 minutos, trata principalmente da seguinte problemática: a relação de uma família (e da elite, de maneira geral) com suas babás.

De acordo com Souto (2020, p. 73)³, o curta-metragem “assume uma visão *plongée* da pirâmide social brasileira”, abordando as desigualdades sociais entre as elites econômicas e a classes que trabalham para elas. A autora ainda afirma que o documentário seria uma obra mobilizada “por um desejo de indenizar uma dívida histórica” (Souto, 2020, p.73), evidenciando de forma crítica a invisibilidade das babás no meio social desde o período colonial, em que essa função era ocupada pelas amas de leite: “O documentário parece ter sua existência motivada pelo desejo de compensar essa falha histórica, desejo esse que parece impulsionado por um sentimento de culpa e pela tentativa de ressarcimento de um prejuízo infringido” (Souto, 2020, p. 75).

Em paralelo, para Silva (2021)⁴, o documentário apresenta certa dualidade em sua execução, já que coloca como narradora principal uma voz feminina que relata a sua visão, como parte de uma elite, de sua relação com a sua babá. Portanto, o documentário acaba reproduzindo, de certa forma, aquilo que denuncia, evidenciando novamente a subalternização dessas mulheres:

Dessa forma, o curta-metragem consegue ilustrar os diversos domínios e submissões presentes nas relações sociais a partir da câmera (como veículo da enunciação discursiva) sobre as babás e suas vivências. Está tudo mediado pelo(s) discurso(s)

¹ Acesso em 17 de abr. 2023

² Consuelo Lins é formada em Comunicação pela PUC-RIO, sendo professora da Escola de Comunicação da UFRJ. Além de docente, a profissional também é autora de diversos documentários, tendo atuado em “Babás” (2010) como diretora e roteirista do curta-metragem.

³ Acesso em 17 de abr. 2023

⁴ Acesso em 17 de abr. 2023

de autoridade que, mesmo ao buscar(em) compreender, reproduz(em) algumas disparidades das quais quer(em) se desvencilhar (Silva, 2021, p. 204).

Essa representação coloca também o racismo em evidência. Como dito anteriormente, o documentário apresenta diversas referências históricas sobre as raízes dessa profissão entre as mulheres negras brasileiras, com base no escravismo, de modo a compreender o cenário atual desse tipo de trabalho:

[...] sempre é necessário observar em perspectiva histórica as dinâmicas atuais para que possamos compreender que o presente é fruto de escolhas feitas no passado, no caso, a opção por parte das elites nacionais por manter o processo de marginalização das populações negras (Cruz, 2021, p. 8).⁵

A partir dos pontos apresentados, esta pesquisa pretende, por meio de uma revisão bibliográfica, analisar como as babás são retratadas no documentário homônimo, de Consuelo Lins, colocando em evidência as discussões sobre a relação entre as classes e o racismo, ambas temáticas que podem ser depreendidas do curta-metragem.

Com base nessa produção, será realizada uma pesquisa adiante do desenvolvimento dos seguintes tópicos teóricos: debate sobre o documentário e suas principais características; análises da representação das domésticas no curta-metragem “Babás”, por meio do estudo de trabalhos que se dedicaram ao tema. Por fim, será realizada a relação da produção com as ideologias de um documentário, sobretudo os seus diferenciais conforme o uso da narração.

METODOLOGIA

Para Antonio Carlos Gil, uma pesquisa acadêmica é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 1987, p. 17). Nesta pesquisa, o método escolhido para atingir nossos objetos de pesquisa é a pesquisa bibliográfica. Segundo Stumpf (2010), trata-se da etapa inicial de qualquer trabalho de pesquisa. Ainda de acordo com Gil (1987, p. 19), a formulação desse projeto de

⁵ Acesso em 17 de abr. 2023

pesquisa é “um documento fundamental, posto que esclarece acerca do que será pesquisado”.

A questão escolhida para pesquisa bibliográfica gira em torno da representação das babás por meio do gênero de documentário, já que esse é o que mais se assemelha no campo na cinematografia com o jornalismo, área de nossa formação. Vale ressaltar que essa é a única produção documental brasileira sobre essa temática que encontramos em nossa pesquisa, evidenciando a sub-representação do tema no cinema documental. Isso corresponde à primeira etapa da pesquisa, segundo Stumpf (2010, p. 55), que se volta à identificação de temas e assuntos a serem estudados.

Com a problemática estabelecida, foi realizada uma pesquisa inicial na plataforma Google Acadêmico⁶ em busca de fontes sobre o tema, o que corresponde à segunda etapa de pesquisa para Stumpf (2010, p. 56). Nesse processo, um dos pontos levados em consideração durante a busca foi a tentativa de localizar os trabalhos da realizadora do documentário analisado, Consuelo Lins, professora da Escola de Comunicação da UFRJ, que, além de atuar na produção do documentário, também apresenta artigos sobre esse gênero do cinema.

Com esse ponto de partida, inicia-se a terceira etapa da pesquisa bibliográfica segundo Stumpf (2010, p. 58), que corresponde à montagem da bibliografia do trabalho e ao acesso e esses diversos materiais. Ao longo de um período de 3 meses, com início em março de 2023, novas pesquisas foram realizadas a fim de encontrar mais fontes sobre o assunto, pesquisando por palavras-chave, com desdobramentos da problemática principal.

Com essas etapas estabelecidas, iniciou-se o processo de produção de um artigo que, além de contar com ideias de outros autores, traz contribuições da pesquisadora; esses aspectos, em conjunto, dão a resposta para a problemática. “À medida em que o indivíduo vai ler sobre o assunto de seu interesse, começa a identificar conceitos que se relacionam até chegar a uma formulação objetiva e clara do problema que irá investigar” (Stumpf, 2010, p. 53).

⁶ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 7 abr. 2023.

Tópicos da revisão bibliográfica

O documentário como gênero jornalístico

Para definir o que é um documentário, recorreremos primeiramente ao principal elemento que diferencia essa produção de outras obras cinematográficas: a inspiração na realidade. Porém, esse elemento por si só não configura necessariamente uma obra documental, uma vez que obras cinematográficas podem ocorrer no formato de biografias ou de representações inspiradas em eventos reais. Para Nichols (2001),⁷ o documentário é antes de tudo uma representação social, de forma a ser classificado como uma não ficção.

Portanto, o documentário trata a realidade de uma forma particular, o diferenciando de qualquer outra produção audiovisual. De acordo com Melo (2002)⁸, esse gênero se diferencia à medida em que trata de acontecimentos da vida real estando próximo do fato não apenas durante a sua narração, mas também vivenciando aquilo durante a produção do material, permitindo que o realizador se aproxime o máximo possível da vivência de seus personagens, além de respeitar certas regras de produção que são diferenciais desse gênero audiovisual:

O documentário ocupa uma posição ambígua e polêmica na história, teoria e crítica do cinema. Se, por um lado, recorre a procedimentos próprios desse meio - escolha de planos, preocupações estéticas de enquadramento, iluminação, montagem, separação das fases de pré-produção, produção, pós-produção etc. Por outro, procura manter uma relação de grande proximidade com a realidade, respeitando um determinado conjunto de convenções: *registro in loco*, não direção de atores, uso de cenários naturais, imagens de arquivo etc. (Melo, 2002, p.25).

Com esse princípio colocado, o segundo principal objetivo de um documentário: a reflexão acerca de um tema. A narrativa do real tem como objetivo principalmente trazer novas reflexões para o telespectador, ideia defendida por Almeida (2014)⁹:

Ao discutir esta ideia de verdade, e conseqüentemente a prática da oratória e do convencimento, Nicholls entende que acreditar em um determinado testemunho como uma

⁷ Acesso em 17 de abr. 2023

⁸ Acesso em 17 de jun. 2023

⁹ Acesso em 17 de abr. 2023

verdade sobre o mundo pode embasar nossa orientação ou ação neste mundo (Almeida, 2014, p.22).

Contudo, apesar de ser pautado no Real, esse gênero não deve ser definido como um reflexo fiel dele, por se tratar, obviamente, de uma representação (Ramos, 2002)¹⁰. Da mesma forma, Melo (2002) defende a impossibilidade de retratar o real fielmente e ressalta que o documentário, em vez disso, se destaca pelas suas possibilidades de explorar a subjetividade e a parcialidade, já que o diretor dita o que deve ser destacado em seu projeto, provocando também reflexões por parte do espectador:

O documentário é um gênero fortemente marcado pelo "olhar" do diretor sobre seu objeto. O documentarista não precisa camuflar a sua própria subjetividade ao narrar um fato. Ele pode opinar, tomar partido, se expor, deixando claro para o espectador qual o ponto de vista que defende (Melo, 2002, p. 29).

Com essa reflexão em mente partimos para o próximo ponto desta discussão: a relação do jornalismo com esse gênero cinematográfico. De acordo com Melo, Gomes e Moraes (2001)¹¹, a busca por compreender a realidade, além de comprovar o que é dito (no caso, por meio de imagens e depoimentos de fontes), são aspectos compartilhados pelos dois campos.

Partindo de um fato, [o documentário] procura mapear outros fatos correlacionados, acontecimentos interligados, causas e consequências. Traz consigo o tom de explicação, apresenta imagens e depoimentos que comprovam o que é dito e funcionam como registro, como mecanismo de resgate da memória humana (Melo; Gomes; Moraes, 2001, p. 8).

Apesar dessas características, há um aspecto que diferencia o documentário de outras formas de produção jornalística. Para Melo (2002), a suposta neutralidade noticiosa é substituída no gênero documental pelo envolvimento argumentativo do diretor: "Ele [o diretor] pode opinar, tomar partido, se expor, deixando claro para o espectador qual o ponto de vista que defende. Esse privilégio não é concedido ao repórter, sob pena de ser considerado parcial, tendencioso e, em última instância, de manipular a notícia" (Melo, 2002, p. 29).

¹⁰ Acesso em 17 de abr. 2023

¹¹ Acesso em 17 de jun. de 2023

Segundo Coutinho (2012)¹², esses aspectos de produção são mediados pela responsabilidade ética dos realizadores, que, por exemplo, ao devolverem as imagens aos entrevistados após a gravação e ao realizarem uma montagem mais próxima possível daquilo que é observado pelo realizador, mostram o seu compromisso com a realidade e com a sua subjetividade artística. Aqui, vale lembrar um dos Princípios Internacionais da Ética Profissional em Jornalismo¹³, elaborados em 1983. O segundo valor parte do princípio de que o jornalista deve ser fiel a realidade objetiva:

A tarefa primeira do jornalista é garantir o direito das pessoas à informação verdadeira e autêntica através de uma dedicação honesta para realidade objetiva por meio de que são informados fatos conscienciosamente no contexto formal deles/delas e mostram as conexões essenciais deles/delas e sem causar distorção, com desenvolvimento devido da capacidade criativa do jornalista, de forma que o público é provido com material adequado para facilitar a formação de um quadro preciso e compreensivo do mundo no qual a origem, a natureza e a essência dos acontecimentos, processos e estados dos casos são tão objetivamente quanto possível compreendidos (Unesco, 1983).

Nota-se o uso das palavras “tão objetivamente quanto possível compreendidos”, ou seja, da mesma forma que o jornalismo deve buscar desvendar a realidade, o documentário, segundo a afirmação de Coutinho, citada acima, realiza a mesma função, sendo então o gênero cinematográfico mais próximo da profissão.

Em suma, o documentário é uma produção audiovisual que compartilha com a atividade jornalística a preocupação com a compreensão do Real, por meio de relatos e registros imagéticos, porém conta com determinadas liberdades artísticas, vindas do cinema, marcadas pela subjetividade do diretor, e a defesa aberta de seus pontos de vista, estando sempre focado em realizar um material que possa ser refletido pelo telespectador.

“Babás” como representação das trabalhadoras domésticas

¹² Acesso em 17 de abr. de 2023

¹³ Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/> (Acesso em set. 2023)

Com base nessa convenção do gênero documentário, Consuelo Lins retrata a realidade de babás brasileiras, colocando-as como pano central da discussão e da narrativa, não apenas encaixando depoimentos dessas mulheres como também se colocando como personagem, através de uma narrativa em *off*. Essa opção da realizadora não tinha apenas um objetivo estético, uma vez que a locução retrata as suas vivências como uma criança branca que foi cuidada por babás durante a sua infância, se colocando em um outro lugar de fala diante da narrativa e apresentando a sua perspectiva diante dos fatos documentados.

Sobre esse uso de voz, Randall (2018)¹⁴, ao realizar um estudo sobre esse documentário que atingiu telespectadores internacionais, mostra de que formas a diretora deixa clara essa sua participação no documentário, à medida em que utiliza de elementos semióticos como o uso de palavras e a entonação de voz de sua narradora para traduzir a sua mensagem:

Para Consuelo Lins – documentarista e acadêmica carioca – esta dolorosa e auto-reflexiva admissão de privilégio é particularmente pessoal, pois ela reconhece os papéis cruciais que uma variedade de mulheres desempenhou na criação dela e dos seus irmãos, bem como dos seus próprios filhos[...]. Seu filme funciona como uma elegia para babás em todo o Brasil e parece ser um produto de seu desejo de expiar seu tratamento, no que poderia ser considerado uma tentativa de extirpar a culpa da classe média. (Randall, 2018, p. 8).

Diante dessa forma narrativa, o documentário “Babás” (2010) se inicia com uma imagem tirada em 1860 na cidade de Recife, com uma mulher negra abraçada a uma criança branca, acompanhada de uma narrativa que explica a relação hierárquica entre essas personalidades. Essa imagem, traz à tona as raízes da profissão das babás que antes eram denominadas “amas de leite” no período escravocrata, cargo que era ocupado apenas por mulheres afrodescendentes que serviam aos Senhores de Engenho e suas famílias.

De acordo com o IBGE (2023)¹⁵, o Brasil possui aproximadamente 6 milhões de trabalhadoras domésticas, se configurando como um dos países com maior número de pessoas nessa ocupação profissional. Consuelo Lins, apesar de não apresentar dados durante a confecção do curta, coloca em pauta essas questões à medida em que expõe as raízes da profissão no Brasil, país que

¹⁴ Acesso em 17 de jun. 2023

¹⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/ibge-numero-de-empregadas-domesticas-caiu-em-dez-anos> (Acesso em set. 2023)

notoriamente possui um histórico com a escravidão que deixam a sua marca na estrutura atual do país, evidenciado pela fala da cineasta em meio ao documentário: “Quase todo o Brasil cabe nessa foto”, fazendo referência a imagem trazida de 1860.

Tendo em vista as origens no cenário escravocrata, claramente ressaltada por Lins nas cenas iniciais e finais do curta metragem, outro ponto que pode ser despreendido do documentário “Babás” (2010) é a presença de mulheres negras em cena. Para explicar essa evolução ao longo da história, Cruz (2021) destaca principalmente a colonização tardia do país, que resultou em uma estratificação no ambiente de trabalho:

Como o processo de colonização da região se deu tardiamente, o modelo adotado utilizou a mão de obra livre, em especial a europeia. Sendo esse um dos motivos para que a quantidade de pessoas negras seja menor que em espaços onde houve um processo de utilização de mão de obra escravizada (Cruz, 2021, p. 4)

Portanto, ao traduzir esse contexto para a contemporaneidade, podemos compreender a maior incidência de mulheres negras na ocupação de trabalhos domésticos assim como foi apresentado no documentário, uma vez que essa ocupação possui origens de um sistema escravocrata, que segundo Randall foi reestruturado no período pós-escravidão, se configurando como um trabalho remunerado, porém, influente de questões históricas e conflitos raciais ainda presentes no Brasil (2018, p. 5). Sobre isso, Gonzales (1984, p. 203)¹⁶ ainda ressalta: “o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama”.

Durante a confecção do documentário, essas questões étnicas ficam claras não apenas pelas referências históricas trazidas por Consuelo, mas também pela presença de personagens negras entre as entrevistadas, que são introduzidas em dois momentos: um com roupas do cotidiano e outro de uniformes – evidenciado pela camiseta branca padronizada entre as mulheres. Essa também é uma forma de discriminação que se associa diretamente às raízes da profissão na escravidão, conforme afirma Oliveira (2016)¹⁷: “O

¹⁶ Acesso em 17 de ago. 2023

¹⁷ Acesso em 17 de nov. 2023

uniforme tem papel simbólico relevante na medida em que hierarquiza as relações. A roupa define o lugar de cada indivíduo, deixa claro quem manda e quem obedece, quem paga e quem recebe, quem dá direitos e quem tem deveres”.

Porém, questões étnicas não são as únicas apresentadas no documentário, uma vez que, evidencia se tratar de uma profissão majoritariamente ocupada por mulheres. Para Cruz (2021), as imagens mostradas por Consuelo Lins ao longo do documentário não são apenas um retrato histórico étnico, mas também ressaltam a invisibilidade dessas mulheres diante dos outros membros da família:

O filme ainda ressalta que a presença dessas mulheres é inviabilizada a maioria das vezes, já que as babás nunca são protagonistas das pinturas, fotografias ou filmes das famílias, aparecendo apenas de relance ou segurando as crianças, numa eventualidade (Cruz, 2021, p. 5).

Essa questão se remonta novamente no período escravocrata e as convenções racistas da época que perduram até os momentos atuais. Para June e Hahner (Apud. Gonzales, p. 229), a escrava era responsável por criar um ambiente confortável para a mulher branca, mesmo apesar de seus deveres e responsabilidades pessoais, contribuindo então para o destaque das mulheres ociosas que ocupavam a linha de frente devido às suas raízes familiares com senhores de engenho, os responsáveis pelos castigos destinados aos negros.

Portanto, Consuelo Lins, ao realizar um documentário de forma a tentar realizar alguma reparação histórica em seu envolvimento com a profissão de babás, coloca em pauta questões históricas e possibilita uma reflexão acerca da sociedade em que vivemos, à medida em que coloca em pauta imagens, palavras, entrevistas e conteúdo que apresentam ao telespectador uma representação do Real.

Os aspectos de montagem de “Babás” enquanto um documentário

“Babás” se configura como um documentário à medida em que coloca pontos sobre as trabalhadoras domésticas em pauta, apresentando uma multiplicidade de fontes e uma montagem característica, como mencionado no primeiro tópico.

Como afirmam Almeida e Caixeta (2020)¹⁸, um dos principais diferenciais da obra é sua montagem, com destaque de uma narração em voz-over que “se apropria de ponderações realizadas pelo subjetivo com caracteres adjacentes da vivência em mundo e almeja retirar do âmbito do abstrato o processo delineado por esse pensamento” (p.167).

O recurso de voz-over nos documentários não é nenhuma novidade, afinal, como afirma Lupton (2011 p. 159)¹⁹, que comenta sobre a voz de Deus presente em muitas produções que guia o telespectador ao longo da narrativa. Porém, “Babás” apresenta uma construção diferente, já que, utiliza de um recurso chamado como heteroglóssico, apresentado por Almeida e Caixeta:

Em Babás, a voz-over é a responsável por estabelecer vínculos entre o pensamento subjetivo e a arena pública. É a voz-over que estabelece o diálogo entre a realizadora, seus múltiplos sujeitos e os espectadores, que abandonam a posição passiva de apenas assistir a obra. Uma voz que se experimenta e segue relativamente apartada das imagens, podendo alterar sentidos e promover ressignificações (Almeida, Caixeta, 2020, p. 168-169)

Portanto, o uso da voz de Flavia Castro, produtora que incorpora o alter ego de Consuelo Lins, aproxima a diretora dos telespectadores ao invés de exercer uma voz de autoridade. Ainda de acordo Almeida e Caixeta (2020), a personalidade de Lins está explícita na narração, de forma a retratar as suas próprias experiências como uma adulta que foi cuidada por babás durante a infância, ressignificando todo o arquivo visual trazido e aproximando o telespectador de suas experiências.

Ainda se faz a discussão de como a autora passeia por diversas personas, hora assumindo o posto de direção e hora se aproximando da audiência como uma personagem daquele contexto. Sobre essa pluralidade presente no voz-over de babás, Bakhtin (1981)²⁰ traz a seguinte ideia:

O discurso do autor, os discursos dos narradores, os gêneros intercalados, os discursos das personagens não passam de unidades básicas de composição com a ajuda das quais a heteroglossia [*raznorecie*] pode entrar no romance. Cada um deles permite uma multiplicidade de vozes sociais e uma grande variedade de seus vínculos e inter-relacionamentos (sempre dialogizadas em maior ou menor grau). (Bakhtin, 1981, p. 263)

¹⁸ Acesso em 9 de set. de 2023

¹⁹ Acesso em 15 de set. de 2023

²⁰ Acesso em 17 de set. de 2023

Com isso, pode-se concluir que a heteroglossia do documentário se deve principalmente ao texto de Consuelo ecoado pela narradora. O conteúdo permite a multiplicidade de vozes e personas, fazendo com que o público se identifique com suas palavras de forma a abranger a sua experiência com uma babá para outros telespectadores. Ao mesmo tempo, o curta-metragem trás a entrevista com as babás, demonstrando o outro lado dessa relação e aumentando também a identificação com o público.

Por isso, apesar de conter tons autorais, o documentário não se configura como uma autobiografia, já que as experiências da diretora são utilizadas em conjunto com um contexto nacional geral:

E embora vídeos caseiros da própria diretora sejam reutilizados, ainda assim o tom do filme não é realmente autobiográfico, pois Consuelo Lins interpela o espectador sobre questões que vão além de sua própria intimidade, articuladas sobretudo em torno à violência histórica arraigada e difusa na circunstância que envolve as babás, as crianças e seus patrões. (Almeida, Caixeta, 2020, p. 171)

Portanto, o documentário não é composto apenas pela narração, já que, os cortes de depoimentos de babás são introduzidos ao longo do curta-metragem, além de imagens que abordam o contexto histórico da profissão – desde filmes familiares até anúncios de jornais. O principal objetivo da diretora com esses recortes é refletir sobre a forte presença de babás na rotina das famílias brasileiras ao longo de toda a sua história e formação, evidenciado por uma de suas primeiras falas: “Quase o Brasil todo cabe nessa foto” (Lins, 2010), ao apresentar a imagem de uma ama de leite com uma criança branca em seu colo.

Dessa forma, “Babás” assume o principal objetivo de um documentário, compreendido nos tópicos anteriores: a reflexão dos telespectadores sobre um assunto pertinente do meio social. A montagem dos elementos visuais, quando associadas a voz da narradora que coloca as experiências pessoais de diretora, cria um cenário que organiza as informações “em uma ordem acessível e partilhável ao espectador que, por fim, se sente convidado a refletir e dialogar sobre esse conjunto de problemas” (Almeida, Caixeta, 2020, p. 173).

Considerações finais

O estudo de um documentário exige muito mais do que apenas um olhar cinematográfico do espectador, já que, se trata de um gênero audiovisual que também se liga ao campo do jornalismo e que configura a produção como uma obra de reflexão e com inspiração na verdade. Conforme estudado nesse trabalho, o documentário possui esses valores não apenas em seu contexto e representação, como também em todos os aspectos de produção como: a não direção dos atores, o uso de cenários reais, a realização de entrevistas, e dentre outros processos, permitindo que o telespectador vivencie de forma limitada através do audiovisual o que está sendo retratado.

Contudo, também foi apurado que essa representação nunca deve ser confundida com a verdade puramente dita, já que, além de certa parcialidade inevitável do diretor, também há a comprovação de que não é possível a transcrição exata da realidade em um documentário ou qualquer outro material que se relacione com o jornalismo, conforme foi estudado durante décadas na profissão e reiterado por Ramos (2002) neste trabalho.

A discussão sobre o gênero documental não é nova, afinal, ele existe há muitas décadas e está relacionado intrinsecamente com o nascimento do cinema. Porém, ao associarmos essa modalidade com o tema de babás e trabalhadoras domésticas, há uma novidade a ser explorada.

Isso porque, Consuelo Lins foi responsável por dirigir o único documentário brasileiro disponível ao público que retrata sobre essa temática, concentrando parte da história da profissão, seus relatos individuais (como uma mulher cuidada por babás na infância) e entrevistas com essas trabalhadoras em um curta-metragem de apenas 20 minutos.

O documentário “Babás” retoma uma temática muito importante para a história do Brasil à medida em que retrata um cenário que se estende desde a época Colonial. Apesar de a profissão ter sofrido algumas mudanças ao longo dos séculos, muitas questões sociais se mantiveram, principalmente no que diz respeito à presença de mulheres negras na profissão, algo discutido nesse trabalho e uma das provas de que as raízes históricas desse contexto escravocrata ainda estão presentes no contexto atual do Brasil.

Porém, apesar das importantes temáticas, durante o desenvolvimento desse trabalho, foi apurada a falta de artigos científicos e conteúdo que referenciasse diretamente essa produção de Consuelo. Foi encontrado apenas um artigo que discutisse sua estrutura enquanto documentário e poucos que abordassem as questões sociais apresentadas nas entrelinhas pela diretora. Um exemplo disso é a falta de reflexões sobre a relação das babás com as crianças, algo que é mostrado no documentário de maneira sutil, ao nos inserir em suas rotinas. Já que a profissão é representada como algo intimamente ligado ao emocional, sem dúvidas, a discussão de como esses fatores influenciam o exercício de cada uma dessas personagens se torna válida a partir dessa produção.

Além disso, durante a elaboração da pesquisa, foi reiterada a importância da reflexão sobre o trabalho doméstico no Brasil. Isso porque, além de falta de dados regionais, há também um senso comum sobre a profissão que fez com que a mídia e suas produções evitassem olhar para as babás as entrevistando e conhecendo mais de seu contexto, trabalho realizado por Consuelo em seu documentário e que é o único do campo audiovisual representando essas profissionais fora de uma ficção – como o cinema fez com “A que horas ela volta”.

Dessa forma, é justificada também a elaboração de mais trabalhos e estudos sobre este tema com a menção desse documentário que, mesmo ao não fazer menções diretas de dados nacionais ou regionais, se transforma em um retrato da sociedade brasileira de forma ainda mais fiel: nos colocando em contato com os relatos dessas babás. Isso é colocado em evidência nos primeiros segundos de tela, quando Consuelo apresenta a foto de uma mucama com uma criança branca em seu colo e profere a seguinte frase: “Quase o Brasil todo cabe nessa foto” (2010). Essas palavras evidenciam que, mesmo as pessoas que não foram cuidadas por uma babá em sua infância, estão inseridas em um contexto em que gerações passaram por esse cuidado ou estão do outro lado, tendo convivido com mulheres que estiveram ausentes em algumas atividades pessoais devido a essa intensa jornada emocional do trabalho doméstico.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Juliano N. Isto não é um filme de ficção: Billl Nichols e a Introdução ao Documentário. **Revista Interdisciplinar de Artes Visuais**, Paraná, v. 01, n. 02, dezembro de 2014. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/sensorium/article/view/233/266>

ALMEIDA, Rafael; CAIXETA, Ana P. Para pensar em voz alta: voz-over heteroglóssica no filme-ensaio. **Comunicação e Inovação: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da USCS**, v. 21, n. 46, p 165-179, 2020. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/6519/3082.

BABÁS. Direção: Consuelo Lins. Produção: Flavia Castro. Brasil: Labocine, 2010. (21min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5_PBphf8rSM.

BAKHTIN, M. **Discourse in the Novel**. In: HOLQUIST, M. *The Dialogic Imagination: four essays by M. M. Bakhtin*. 1. ed. Trad. Caryl Emerson e Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981. Disponível em: https://www.academia.edu/38565705/Bakhtin_The_Dialogic_Imagination_Four_Essay.

COUTINHO, E. O CINEMA DOCUMENTÁRIO E A ESCUTA SENSÍVEL DA ALTERIDADE. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 15, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11228>.

CRUZ, Matheus M. Babás, de Consuelo Lins, e o racismo como objeto da aula de história. ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 12. Belém, 2021. **Anais...** Belém: Abeh, 2023. Disponível em: https://www.perspectivas2021.abeh.org.br/resources/anais/10/epeh2021/1646054570_ARQUIVO_bf349127dbaa7f3cf4f460f47296ccba.pdf.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje - ANPOCS**, São Paulo, p.223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf.

LUPTON, C. **Speaking Parts**: Heteroglossic voice-over in the essay-film. In: ALMEIDA, Rafael; CAIXETA, Ana P. Para pensar em voz alta: voz-over heteroglóssica no filme-ensaio. **Comunicação e Inovação: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da USCS**, v. 21, n. 46, p 165-179, 2020. Disponível em:

https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/6519/3082.

MELO, C.; GOMES, I.; MORAES, W. O documentário jornalístico, gênero essencialmente autoral. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 24, 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Intercom, 2001. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/11572121297094948981203363898082664337.pdf>.

MELO, Cristina T. V. de. O documentário como gênero audiovisual. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 5, n. 1/2, p. 25–40, jan/dez 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/81461>.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus Editora, 2007.

OLIVEIRA, J. O uniforme da babá. In: Blog com Jota, 14/03/2016. Disponível em: <http://blogcomjota.blogspot.com.br/2016/03/o-uniforme-da-baba.html>.

RAMOS, Fernão P. **O que é Documentário?** Cepecidoc - Unicamp, Campinas, p. 1-11, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5622452/mod_resource/content/1/pessoa-fernao-ramos-o-que-documentario.pdf.

RANDALL, R. It is very difficult to like and to love, but not to be respected or valued: Maids and nannies in contemporary Brazilian documentary. **Journal of Romance Studies**, Bristol, n. 18, p. 275-299. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/151396621.pdf>.

SILVA, Meire O. desigualdades afetivas de raízes ancestrais: uma análise de imagens e discursos acerca de amas de leite e babás na formação do Brasil. **Línguas&Letras**, São Paulo, v. 22, n. 52, p. 200-217, julho de 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/27171/pdf>.

SOUTO, Mariana. Relações de classe em documentários brasileiros contemporâneos. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, São Paulo, n. 47, p. 70-89, jan-jun de 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/160860/160490>.

SOUTO, Mariana. Relações de classe no cinema brasileiro contemporâneo – Alguns apontamentos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 8, p. 131-142, jul. 2019. Disponível em: https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/Revista_CPFn08.pdf#page=131.

STUMPF, Regina. A pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008. p. 51-61.